

ESTUDOS
CULTURAIS

A troca simbólica

Teoria cultural e educação

Um vocabulário crítico

[Tomaz Tadeu da Silva]


Autêntica

Teoria cultural e educação
Um vocabulário crítico

Tomaz Tadeu da Silva

Teoria cultural e educação
Um vocabulário crítico



Belo Horizonte
2000

Copyright © by Tomaz Tadeu da Silva

CAPA

Jairo Alvarenga Fonseca

(Sobre quadro (p. 26) do livro *Filosofia de ponta*, v. 3, Lisboa,
Editora Contemporânea, 1996, de autoria de Júlio Pinto e Nuno Saraiva)

PROJETO GRÁFICO

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Waldenia Alvarenga Santos Ataíde

REVISÃO

Ana Paula Mathias de Paiva

S586t Silva, Tomaz Tadeu da

Teoria cultural e educação — um vocabulário
crítico / Tomaz Tadeu da Silva. --- Belo Horizon-
te : Autêntica, 2000.

128 p. — (Estudos Culturais, 4)

ISBN 85-86583-71-5

1. Vocabulário. 1. Título.

CDU 801.3

2000

Todos os direitos desta edição reservados à

Autêntica Editora

Rua Tabelião Ferreira de Carvalho, 584 — Cidade Nova

Belo Horizonte/MG — 31170-180 — Tel: (55 31) 481-4860

www.autenticaeditora.com.br

Este vai dedicado às pessoas (colegas e estudantes) que viveram comigo, nos seminários e linhas de pesquisa de que participei, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período 1993-1999, os prazeres e os riscos daquela aventura intelectual.

Sumário

Introdução	09
As definições	13
Outros glossários e dicionários de Teoria Cultural	113
Glossários e dicionários de Teoria Cultural na Internet	115
Referências bibliográficas	117
Lista dos termos	119

Introdução

Eu havia terminado de dar uma palestra numa faculdade de Educação de uma capital brasileira. Já tinha entrado naquele estado de letargia que vem depois de um grande esforço intelectual, em que não queremos mais pensar em nada muito inteligente, quando uma professora veio me dizer que havia dispensado o carro da Universidade que me levaria ao aeroporto e que ela mesma se encarregaria disto, pois queria ter uma conversa comigo no caminho.

É preciso dizer ainda que o transporte para o aeroporto se dava imediatamente após um almoço em que eu havia tomado pelo menos uma cerveja. Não se poderia dizer que eu estivesse exatamente num estado de alerta intelectual. Ela não gastou muito tempo em amenidades introdutórias, entrando diretamente no assunto, não fosse a gente chegar no aeroporto antes de ela ter oportunidade de me fazer a grande pergunta: “Professor, eu queria pedir que o senhor falasse um pouco sobre a questão do sujeito”.

Até aquele momento, para falar a verdade, eu nunca tinha me preocupado especificamente com a “questão do sujeito”. Desconfio que a minha suposta autoridade para falar sobre a “questão do sujeito” se devia ao fato de eu ter organizado um livro com o título *O sujeito da educação*.

Mais tarde, bem mais tarde, li, num livro de Antônio Flávio Pierucci, *Ciladas da diferença*, uma história que ele, por sua vez, tinha lido na *Folha de São Paulo*, e que era muito parecida com a minha. Em 1995, numa visita a São Paulo, o prêmio Nobel de literatura de 1992, Derek Walcott, tinha concordado em dar uma entrevista a uma repórter daquele jornal, enquanto sofriam, dentro de um táxi, no conturbado

trânsito da capital paulista. Perguntado se não achava que “um dos grandes desafios da Modernidade é a coexistência das diferenças”, o escritor respondeu: “Eu penso que um dos grandes desafios da Modernidade é responder a perguntas profundas no banco de trás de um táxi”.

Talvez esteja ali, naquela constrangedora situação em que a curiosa professora tinha me colocado, a origem deste livro. Não seria confortável e confortador ter à mão uma definição rápida para sacar em situações como esta? Munido de definições expressas para, digamos, uma centena dos termos e definições mais correntes no campo teórico da educação, eu quase podia ter a certeza de que nunca mais seria pego desprevenido.

Mas é claro que, após ter gasto um pouco de meu tempo e esforço na elaboração deste vocabulário crítico, acho que sua utilidade vai um pouco além daquela de salvar um professor em apuros no seu caminho para o aeroporto. Fazer parte de um determinado campo intelectual significa, sobretudo, dominar seu discurso específico, isto é, os termos, as palavras, os conceitos, em suma, o seu vocabulário. No caso da Educação, este discurso é, hoje, amplo e diverso. Acho que já passamos, há muito, daquela fase de ficar indefinidamente discutindo se a Educação é, ou não, uma ciência.

O campo intelectual da Educação é, hoje, um campo de Teoria. Assim mesmo, com T maiúsculo, significando que tomamos de empréstimo, de forma desavergonhada, conceitos e termos dos mais diversos campos da Teoria Social, da Teoria Literária e da Filosofia. Por sua multivocalidade, polifonia e heteroglossia bakhtinianas, o campo da Educação é atualmente muito mais interessante e estimulante do que há alguns anos, quando se definia exclusivamente em termos de “ensino, aprendizagem e didática”, e era colonizado pela Psicologia. Uma chatice!

Este “vocabulário crítico” é minha tentativa de mapear o campo dos discursos teóricos contemporâneos em Educação.

É claro que isto significou ter feito escolhas e seleções. *Muitas* escolhas e seleções, na verdade. O campo teórico educacional tem passado por muitas transformações e é, hoje, extremamente pluralista e diversificado. Nós vamos facilmente de Marx a Habermas, de Nietzsche a Foucault, de Freud a Lacan ou, para seguir uma ordem alfabética, como a deste glossário, de Althusser a Žižek. Já não nos contentamos em ancorar nossos conceitos e teorias apenas na Sociologia, na Psicologia e no Marxismo. Servimo-nos livremente, entre outras, das contribuições dos Estudos Culturais, da Psicanálise, do Pós-Estruturalismo, do Pós-Modernismo, do Pós-Colonialismo, do Pós-Marxismo.

Tentei me limitar a termos que tivessem ancoragem em alguma teoria, eliminando termos demasiadamente genéricos como, por exemplo, o próprio termo “teoria”. Além disso, o vocabulário não pretende esgotar os termos de cada uma das teorias utilizadas no campo teórico educacional. Busquei selecionar apenas aqueles termos que, na minha percepção, tivessem uma circulação considerável na literatura educacional. Também procurei me limitar ao campo da teorização crítica, deixando de fora, por esta razão, contribuições utilizadas na teorização mais convencional em Educação, como, por exemplo, naqueles campos mais ligados à Psicologia.

No caso de termos demasiadamente amplos, tentei vincular a definição à sua utilização no campo educacional. Foi a forma que encontrei para tentar não passar, em qualquer definição, do limite aproximado de dez linhas que eu tinha me imposto. Além disso, as definições não pretendem ser enciclopédicas, mas indicativas. Ninguém pode pretender estudar em profundidade qualquer teoria através deste “vocabulário”. Ele tampouco é destinado às pessoas que podem ser consideradas especialistas em cada um dos campos teóricos nos quais fui buscar os respectivos termos ou conceitos. Seu objetivo, bem mais modesto, é o de servir de material de consulta rápida para pessoas que, por qualquer razão, não tenham um conhecimento aprofundado dos termos e conceitos de algum campo teórico específico.

Pode parecer paradoxal elaborar um vocabulário como este numa era “pós-estruturalista” de incerteza e indeterminação. Mesmo a mais radical das pós-estruturalistas (só para variar, no que se segue, quando utilizo o feminino, os homens, por favor, sintam-se incluídos) vai concordar, entretanto, que os significados podem ser flutuantes, mas ainda precisamos deles para nos comunicar. E as leitoras dos textos pós-estruturalistas ainda vão precisar compreender o que as autoras pós-estruturalistas querem dizer quando falam de “significados flutuantes”, “posições de sujeito” ou “virada lingüística”.

Não tive a intenção, entretanto, de dar qualquer definição definitiva ou autorizada. Tenho plena consciência de que, na maioria dos casos, definições alternativas podiam ter sido legitimamente fornecidas. As definições aqui apresentadas refletem, sem dúvida, minhas próprias preferências e interpretações.

Resta-me agradecer às muitas pessoas amigas que sugeriram termos para o vocabulário. Como tenho a intenção de ampliá-lo em futuras edições, quem quiser pode continuar me enviando sugestões, encaminhando-as, por correio regular ou eletrônico, ou por fax, à Editora. Estou aberto também a quaisquer correções, reparos ou ampliações. Quanto à professora que me levou ao aeroporto, temo que nem um vocabulário como este me teria livrado do apuro no qual ela me colocou. Relativamente à “questão do sujeito”, continuo tão perplexo como naquele caminho para o aeroporto.

abjeto Na definição do dicionário, sinônimo de “imundo, desprezível, vil, baixo, ignóbil”, o termo é recuperado pela teórica Julia Kristeva para se referir a tudo aquilo que pertence ao corpo, mas é dele expelível, como a saliva, as fezes, o sangue, a urina, as lágrimas, o vômito e as secreções variadas. Por se situar num limiar, numa zona intermediária, entre o limpo e o sujo, entre o fora e o dentro do corpo, a relação do “eu” com o abjeto é sempre ambígua e ambivalente — simultaneamente de atração e repulsão. A relação primordial de abjeção é a que se dá no momento em que o “embrião” se separa do corpo materno, entrando no domínio do “simbólico”, no sentido psicanalítico. Na teorização de Kristeva, o abjeto ocupa um lugar central no processo de subjetivação e identificação, na medida em que faz parte do “eu” mas é, ao mesmo tempo, aquilo que o “eu” expelle: o abjeto é simultaneamente “eu” e “não-eu”. O abjeto separa o “eu” daquilo que o ameaça. Sua natureza ambígua perturba a ordem e a identidade. Na análise cultural, a noção de abjeto é estendida para abarcar tudo aquilo que ameaça o conforto da sensação de identidade e “mesmidade”: o monstruoso, o corpo feminino, o homossexual, a decadência, o corrompido e o pútrido, o desfigurado, o canibalismo, a perversão e a morte, o horroroso...

ação comunicativa Na teorização de Jürgen Habermas, toda ação que, em oposição às ações voltadas para finalidades instrumentais de domínio do mundo “objetivo”, esteja voltada para o entendimento intersubjetivo entre os seres humanos. A “teoria da ação comunicativa” é a versão habermasiana da “virada lingüística”, configurando a

tentativa de Habermas de questionar, por vias diferentes das dos pós-estruturalistas, o “paradigma da consciência” ou a “filosofia do sujeito”, ao colocar a linguagem no centro da dinâmica social. Tal como as perspectivas pós-estruturalistas, Habermas também questiona teleologias, universalismos e fundacionalismos. Diferentemente daquelas perspectivas, entretanto, Habermas considera que, dadas certas condições, é possível utilizar a linguagem intersubjetivamente para se chegar a um acordo a respeito de fins e meios sociais. Teoricamente, isto só se daria em uma “situação ideal de fala”, isto é, em uma situação definida pelos seguintes critérios: as pessoas participantes são capazes de utilizar a linguagem de forma correta e inteligível; elas utilizam afirmações que podem ser verificadas como sendo verdadeiras; elas são sinceras naquilo que dizem; o que elas dizem está de acordo com as normas sociais que definem o que é considerado certo ou justo. Quando um desses critérios de validade está ausente, a ação comunicativa torna-se “distorcida”. Embora nunca concretizada em situações reais, a “situação ideal de fala” permanece como um critério relativamente ao qual se pode validar a “racionalidade” de situações reais de fala. Nessa perspectiva, a ideologia fica redefinida como sendo formada por aqueles sistemas de asserções sobre o mundo social, que continuam se impondo apesar de não se conformarem — devido, sobretudo, aos constrangimentos colocados por relações de poder — aos critérios que definem o “discurso racional” que caracterizaria uma “situação ideal de fala”.

actante Utilizado por A. J. Greimas, em sua análise semiótica da narrativa, na qual se refere a classes de “personagens” que em suas diferentes manifestações, em uma determinada narrativa, têm uma mesma função. O termo é retomado por Bruno Latour em sua Teoria da Ação em Rede, para se referir a todos os entes que têm algum papel ativo em uma determinada ação em rede. Neste sentido, não existe, para

Latour, diferença entre actantes humanos e actantes não-humanos. Exemplos desses últimos são o buraco na camada de ozônio e as bactérias. Sem utilizar plenamente a teorização de Bruno Latour, Donna Haraway recorre ao conceito para assinalar, em seu “Manifesto em favor dos ciborgues”, a indistinção entre organismos humanos e organismos cibernéticos, os quais seriam, todos, actantes ou ciborgues.

agência Tradução de *agency*, termo empregado na literatura anglo-saxônica para se referir à capacidade de agir do ser humano: “agência” é aquilo que um agente tem. Em geral, “agência” opõe-se a “estrutura”.

agenciamento Tradução do francês *agencement*, significando o ato de arranjar, organizar, dispor um conjunto qualquer de elementos. Na terminologia introduzida por Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *Mil platôs*, o termo é utilizado para significar qualquer combinação ou ligação dispare — sem qualquer hierarquia ou organização centralizada — de elementos, fragmentos ou fluxos das mais variadas e diferentes naturezas: idéias, enunciados, coisas, pessoas, corpos, instituições. O conceito é utilizado para dissolver qualquer noção essencialista de “sujeito” como entidade singular ou privilegiadamente “humana”, bem como para fugir de dicotomias tradicionais como as que separam o humano e o não-humano ou o psíquico e o social.

alienação Na teorização de Marx, processo pelo qual os seres humanos se tornam separados de certos aspectos de sua existência, ficando sujeitos ao controle de forças alheias. Fundamentalmente, no capitalismo, os trabalhadores e as trabalhadoras, ao alienarem sua força de trabalho e ao verem o produto de seu trabalho alienado, tornam-se também alienados de si mesmos. Este último aspecto do conceito de “alienação” tem sido criticado por pressupor a existência de alguma essência humana, alguma característica pré-social, que se tornaria, então, alienada.

alteridade A condição daquilo que é diferente de mim; a condição de ser outro.

aparelhos ideológicos de Estado Na análise de Louis Althusser, os “aparelhos ideológicos de Estado” distinguem-se dos “aparelhos repressivos do Estado”. Enquanto estes (a polícia, o sistema judiciário, as instituições penais, o Exército) atuam através da força e da repressão, aqueles (a escola, a família, a Igreja, os meios de comunicação) atuam através da ideologia e do convencimento.

aporia Contradição ou paradoxo inerente a um sistema filosófico, a uma formulação conceitual ou a um texto qualquer. A aporia não é simplesmente uma inconsistência, resultante de um erro de raciocínio, passível de correção, mas uma característica insuperável do próprio sistema ou texto em questão. Mais recentemente, nas análises inspiradas pela desconstrução de Jacques Derrida, considera-se qualquer texto como sujeito à aporia, na medida em que sempre haverá alguma inconsistência entre aquilo que um texto diz fazer e aquilo que realmente faz. A aporia é inerente às limitações de qualquer sistema de significação. A coerência de qualquer texto é sempre apenas aparente. A tarefa da desconstrução consiste precisamente em revelar as aporias presentes em um determinado texto.

arqueologia Procedimento de investigação desenvolvido por Michel Foucault, no livro *As palavras e as coisas*, e teorizado no livro *A arqueologia do saber*. Com a análise arqueológica, Foucault pretendia inaugurar uma nova forma de fazer a história do pensamento, que se concentrasse na investigação das regras de formação — concebidas como condições de existência — de diferentes campos do conhecimento.

arquivo Na nomenclatura de Michel Foucault, o “arquivo” não é simplesmente um conjunto de textos, discursos ou enunciados, mas o conjunto das *regras e leis* que

definem os limites e as formas daquilo que pode ser dito numa determinada época, bem como as regras e as leis que determinam os enunciados e discursos que estão sujeitos a permanecer ou a desaparecer, a serem lembrados ou esquecidos, a serem reativados ou definitivamente abandonados.

articulação Utilizado, inicialmente, na literatura marxista para designar as formas pelas quais diferentes modos de produção se combinam numa mesma formação social, o termo ampliou-se para se referir às formas pelas quais diferentes dimensões sociais se combinam, numa determinada situação social, para produzir certos resultados. Assim, por exemplo, nos Estudos Culturais, pode-se analisar como raça, gênero e classe social se *articulam* para produzir estruturas particulares de dominação e subordinação.

aura Na definição do dicionário, “qualidade distintiva, mas intangível, que parece rodear uma pessoa ou coisa”, o termo foi inicialmente utilizado por Walter Benjamin, no ensaio “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”, para se referir à mistura de prestígio e respeito que se atribui às obras tradicionais de arte, vistas como objetos únicos e singulares, não reprodutíveis, em oposição às cópias e réplicas — destituídas de aura — que resultam das modernas técnicas mecânicas e eletrônicas de reprodução.

autenticidade Na definição do dicionário, qualidade daquilo que é “autêntico”, puro, não-contaminado. O termo é, às vezes, utilizado, em uma perspectiva mais tradicional, para se referir ao estado original, intocado, de um determinado grupo cultural. A atribuição de “autenticidade” é fortemente questionada pelos Estudos Culturais pós-estruturalistas como expressão de um “essencialismo cultural”. De acordo com essa crítica, a atribuição de “autenticidade” é acompanhada, em geral, de afirmações sobre a suposta pureza da cultura em questão. A alegação de “autenticidade” é

quase sempre feita contra um pano de fundo de estruturas ou processos externos, supostamente espúrios, que contaminariam ou deturpariam os elementos autênticos daquela cultura específica.

autonomia relativa Utilizado para descrever uma situação social na qual o funcionamento de uma determinada esfera, embora determinado por outra esfera, conserva, entretanto, certo grau de liberdade em relação à esta última. Na teorização de Louis Althusser, o termo é empregado com o objetivo de admitir um certo grau de liberdade ao funcionamento da super estrutura — a cultura — relativamente à estrutura, isto é, à economia. Nas análises neomarxistas da educação, utiliza-se o termo para descrever a relação de dependência da educação relativamente à economia — vista como uma relação de “autonomia relativa”.

autor/ia As noções de “autoria” e de “autor” têm sido intensamente questionadas pela análise estruturalista e pós-estruturalista. Roland Barthes, em seu ensaio “A morte do autor”, dá o tom desse questionamento ao impugnar a concepção que vê o autor como a origem e a fonte autorizada do significado do texto cuja autoria lhe é atribuída. O texto não é um meio transparente através do qual o significado passa da consciência livre do autor para a consciência igualmente livre do leitor, mas um tecido constituído de diferentes vozes e diferentes códigos que, na sua interação e na sua incompletude, permite múltiplas leituras e interpretações. As noções de “autor” e de “autoria”, ao pressuporem um autor em pleno controle de um significado coerente e unificado, puro produto de sua intenção, impedem que se preste atenção aos processos pelos quais qualquer texto é o resultado de uma estrutura intertextual. A análise de Barthes descentra o autor como fonte única e exclusiva do significado, em favor da produtividade do leitor. Michel Foucault, em seu ensaio “O que é um autor?” leva adiante

o questionamento de Barthes, ao propor que se substitua a noção de “autor” pela de “função autor”. Com essa expressão, Foucault quer assinalar o fato de que o “autor” não é uma propriedade individual, mas uma relação social pelo qual uma “obra” é atribuída a um autor. A “função-autor” depende dos sistemas jurídicos e institucionais que definem o universo dos discursos que permitem a individualização da autoria como, por exemplo, o mercado e as imposições dos campos literários e culturais. A “morte do autor” está, em Foucault, estreitamente relacionada à “morte do sujeito”. Tal como ocorre com o autor, “trata-se de retirar ao sujeito (...) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso” (FOUCAULT, 1992, p. 70).

autoridade Na análise cultural, diz-se que aqueles artefatos ou atores culturais que conseguem se impor como superiores tão-somente por sua posição privilegiada numa relação de poder, independentemente de qualquer valor artístico, estético ou cultural “intrínseco”, têm “autoridade” ou são “autorizados”. A tarefa da crítica cultural consiste em desconstruir as relações de poder que conferem “autoridade” a esses artefatos ou atores, como, por exemplo, no caso do cânone universitário. O conceito aproxima-se do de “legitimidade”; esse último, entretanto, evoca critérios éticos de justiça, que não estão presentes, necessariamente, no conceito de “autoridade”. Quando se analisam, por exemplo, as relações de poder em torno de um objeto estético, parece mais apropriado falar de “autoridade” do que de “legitimidade”.

balcanização Derivado da divisão da região dos Bálcãs, na Europa, no começo do século XX, em pequenas unidades políticas, em geral hostis entre si, refere-se a qualquer processo de divisão e fragmentação de grupos sociais mais amplos em pequenos grupos que se encontram em constante estado de hostilidade mútua. No contexto da análise cultural contemporânea, freqüentemente acusa-se a chamada “política de identidade” de ser responsável por um processo de “balcanização”, pelo qual os grupos sociais que são objeto de alguma forma de opressão dividir-se-iam em infinitos e minúsculos grupos que se reuniam em torno de identidades pouco abrangentes.

binarismo Ver “oposição binária”.

bricolagem Na definição do dicionário, designa o trabalho improvisado e engenhoso de pequenos consertos caseiros. É usado por Claude Lévi-Strauss, em *O pensamento selvagem*, para designar o pensamento mítico ou “selvagem”, que se caracterizaria, em oposição ao pensamento científico, pela utilização casual e improvisada de materiais preexistentes — um pensamento que estaria em ação, sobretudo, na construção de mitos. O criador de mitos é, para Lévi-Strauss, um *bricoleur* intelectual. As narrativas míticas são construídas a partir de fragmentos de histórias já existentes e de outros elementos fragmentariamente presentes em uma dada cultura. Tal como o *bricoleur* caseiro, o “criador de mitos” trabalha com os materiais e instrumentos que estão à mão. Lévi-Strauss opõe o *bricoleur* ao engenheiro ou cientista: enquanto o primeiro cria estruturas a partir dos fatos ou resíduos

de fatos, o segundo cria seus próprios fatos a partir das estruturas que elabora sob a forma de hipóteses e teorias. O termo, ao lado dos de colagem e montagem, tem sido utilizado também para descrever o estilo característico da arte modernista ou de vanguarda do início do século XX. Mais recentemente, a bricolagem tem sido citada, ao lado do pastiche e da paródia, como uma das características das criações estéticas definidas como pós-modernas.

campos sociais Unidades através das quais, na teorização de Pierre Bourdieu, se divide a sociedade: campo político, campo científico, campo artístico, campo educacional etc. Para este autor, os campos sociais são concebidos como espaços constituídos por posições sociais, as quais são determinadas pelas relações de poder existentes entre os diferentes agentes sociais envolvidos. Na medida em que os campos sociais são definidos pelos interesses e pelos investimentos destes agentes, há uma homologia de funcionamento entre os diferentes campos sociais. Cada um dos campos sociais, entretanto, é determinado por interesses e investimentos específicos que o definem de forma singular relativamente aos outros campos.

cânone Na terminologia eclesiástica, regras ou leis promulgadas pela autoridade eclesiástica; a lista de livros considerados autênticos ou sagrados; ou a lista de santos reconhecidos pela Igreja. Na crítica multiculturalista, o cânone é a lista de obras literárias e artísticas que são consideradas dignas de figurar no currículo oficial, coincidindo, em geral, com as obras produzidas por pessoas pertencentes à cultura dominante — do sexo masculino, de descendência europeia, heterossexuais — em detrimento das obras produzidas por pessoas pertencentes a grupos culturalmente dominados.

caos, teoria do Estudo dos fenômenos ou sistemas cujo estado, em um ponto e momento determinados, não é predizível, mas cujo padrão global, no entanto, pode ser descrito através de fórmulas matemáticas não-lineares. Em outras palavras, a imprevisibilidade dos sistemas caóticos

obedece a um padrão global. Os sistemas caóticos são particularmente sensíveis a pequenas mudanças nas condições iniciais, efeito conhecido como “borboleta”. Costuma-se ilustrar este efeito dizendo que o movimento das asas de uma borboleta em Porto Alegre pode ter um efeito sobre um furacão em Miami. Seria mais acurado descrevê-lo, entretanto, dizendo que minúsculas mudanças nas condições iniciais de um fenômeno caótico podem produzir resultados bastante diferentes. De acordo com a teoria do caos, muitos fenômenos físicos ou naturais são “caóticos”: o comportamento das condições climáticas; o pingar de uma torneira; o crescimento populacional. Os fenômenos caóticos são representados graficamente através dos chamados “fractais”, termo cunhado pelo cientista Benoit Mandelbrot, que foi o primeiro a chamar a atenção para sua natureza peculiar. A teoria do caos desenvolve-se formalmente a partir das investigações do meteorologista Edward Lorenz, nos anos 60, sobre a previsão do tempo. Ela tem exercido uma certa atração na teoria social e cultural por supostamente confirmar, no mundo físico, os postulados pós-estruturalistas sobre a indeterminação, a incerteza e a instabilidade do mundo social e cultural. Na teoria curricular, o estudioso estadunidense William Doll Jr. tem se destacado por sua tentativa de integrar a teoria do caos à sua teoria pós-moderna do currículo. Em geral, a teoria do caos confunde-se com a teoria da complexidade.

capital cultural Refere-se à posse de bens, capacidades e títulos culturais que, por homologia com o capital propriamente dito, isto é, o capital econômico, adquirem um valor social, proporcionando vantagens sociais aos seus possuidores. O termo está identificado com a teorização do sociólogo francês Pierre Bourdieu. O capital cultural pode se apresentar de forma objetivada (objetos culturais como obras de arte, livros, discos); institucionalizada (títulos, certificados e diplomas); ou incorporada (disposições e capacidades culturais internalizadas).

capital simbólico Na teorização de Bourdieu, a autoridade, a legitimidade e o prestígio sociais conferidos ao agente possuidor de capital econômico, social ou cultural.

capital social Na nomenclatura de Bourdieu, refere-se às conexões sociais — redes de amizade, parentesco, influência e troca de favores — através das quais as classes sociais dominantes garantem suas posições de dominação.

capitalismo Definido como a forma de organização histórica, econômica e social que divide a sociedade entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, constitui, na crítica educacional neomarxista, a dinâmica central em torno da qual são analisados os processos educacionais.

carnavalização Na teorização de Mikhail Bakhtin, o processo pelo qual uma forma social qualquer é transformada pelas estratégias de inversão hierárquica, travestismo, paródia, representação grotesca e ambigüidade, características da prática popular do carnaval do final da Idade Média e da Renascença, tal como celebrado na obra de François Rabelais.

cartesianismo Qualquer pensamento ou perspectiva que apresente tendências associadas às análises do filósofo francês René Descartes, sobretudo, o racionalismo (tendência a reduzir a subjetividade humana a seus aspectos racionais) e o dualismo (tendência a ver como separados corpo e mente). Na crítica educacional pós-estruturalista, questiona-se o “sujeito cartesiano”, isto é, um sujeito definido de acordo com os pressupostos desenvolvidos por Descartes.

centro/margem A oposição “centro/margem”, assim como a oposição sinônima “centro/periferia”, tem sido tradicionalmente utilizada para descrever relações de dominação entre países ou nações, referindo-se tanto às históricas relações de exploração e ocupação territorial dos países europeus com suas colônias quanto às atuais relações de exploração econômica. Na crítica cultural, a metáfora geográfica ou

territorial “centro/margem” tem sido ampliada para se referir à posição diferencial de grupos sociais ou culturais frente a qualquer situação de dominação ou poder. Assim, nas relações “raciais”, os grupos brancos encontram-se situados no “centro”, relativamente aos grupos negros, situados, conseqüentemente, na “margem”. Apesar de sua origem crítica, a oposição tem sido questionada por reforçar — ao implicitamente aceitar o predomínio do “centro” — as relações de poder que pretende criticar.

ciborgue Forma abreviada de “CYBernetic ORGanism” (organismo cibernético), termo cunhado em 1960 pelo cientista estadunidense Manfred E. Clynes. Significa a simbiose entre o ser humano e o seu ambiente tecnológico. No âmbito dos Estudos Culturais, o termo está identificado com a teórica estadunidense Donna J. Haraway, que argumenta que a subjetividade contemporânea é feita de ciborgues: seres híbridos, resultantes da combinação entre ser humano e máquina.

círculo hermenêutico Designa, na hermenêutica, o aparente paradoxo de que não se pode compreender um texto até que se tenha compreendido cada uma de suas partes, mas que tampouco se pode compreender cada uma de suas partes até que se tenha compreendido o seu contexto ou o todo. Em algum momento do processo de interpretação, essa aparente circularidade acaba resolvendo-se ou fechando-se, fazendo surgir a “verdade” do texto.

citacionalidade De acordo com Derrida, no ensaio “Assinatura, acontecimento, contexto”, o que caracteriza a escrita — concebida como marca ou traço material — é a possibilidade que ela tem de ser repetida ou “citada” independentemente da presença, seja do referente ou do significado, seja do emissor, ou, ainda, do receptor. Em outras palavras, o que caracteriza a escrita é sua “citacionalidade”.

classe social Na análise marxista, cada um dos grupos em que se divide a sociedade capitalista: fundamentalmente,

os proprietários (burguesia) e os não-proprietários (proletários) dos meios de produção. Na teorização crítica neo-marxista, a educação está centralmente implicada na reprodução da divisão da sociedade em classes.

classificação Na nomenclatura do sociólogo Basil Bernstein, refere-se ao princípio que determina quais áreas de conhecimento devem fazer parte do currículo e quais não devem. A classificação refere-se ao maior ou menor grau de isolamento ou separação entre as diferentes áreas do currículo. Quanto maior a separação, maior a classificação.

código Na teorização de Basil Bernstein, é a gramática implícita e diferencialmente adquirida pelas pessoas das diferentes classes — uma gramática que lhes permite distinguir entre os diferentes contextos; distinguir quais são os significados relevantes em cada contexto; e como expressar publicamente esses significados nos contextos respectivos. Bernstein distingue entre dois tipos de código: o código elaborado e o código restrito. No código elaborado, os significados efetivados pela pessoa — o “texto” que ela produz — são relativamente independentes do contexto. Ao contrário, no código restrito, o “texto” produzido na interação social é fortemente dependente do contexto. Através do desenvolvimento dos conceitos de código elaborado e código restrito, Bernstein queria chamar a atenção para a discrepância entre o código elaborado, suposto pela escola, e o código restrito das crianças de classe operária, processo que poderia estar na origem de seu fracasso escolar.

condensação Na análise de Freud, é o processo pelo qual o inconsciente, no trabalho do sonho, reúne, combina e sintetiza, em uma única figura, elementos aparentemente desconectados, que são retirados de episódios do cotidiano da vida de vigília e de memórias inconscientes de episódios passados. Parte do processo de análise de um sonho determinado consiste em decifrar ou decodificar os elementos

que aparecem de forma cifrada no resultado produzido pela condensação. O processo de condensação combina-se com o de “deslocamento” para formar o “trabalho do sonho”. No deslocamento, a carga afetiva que no estado de vigília da vida cotidiana está colocada em uma determinada figura ou acontecimento, não podendo, entretanto, ser admitida pelo consciente, é transferida, no sonho, para outra figura ou outro acontecimento, tornando-se, assim, irreconhecível. O processo de condensação está, em geral, associado à metáfora: o elemento condensado mantém com os elementos “originais” uma relação de similaridade; enquanto o processo de deslocamento está associado à metonímia: o elemento que, no sonho, representa o elemento da vida de vigília que foi por ele deslocado guarda com esse último alguma relação de contigüidade. A condensação e a metáfora estão relacionadas ao chamado “eixo paradigmático da linguagem” (ver “paradigmático, eixo”), enquanto o deslocamento e a metonímia estão relacionados ao seu eixo sintagmático (ver “sintagmático, eixo”). Na medida em que o eixo paradigmático está focalizado no processo de seleção (ou substituição) e o eixo sintagmático no processo de combinação, têm-se os seguintes pares de relações: 1. seleção — similaridade — paradigma — metáfora — condensação; 2. combinação — contigüidade — sintagma — metonímia — deslocamento.

conotação Os termos “denotação” e “conotação” referem-se à relação entre, de um lado, um significante e, de outro, o referente ou significado que lhe estão associados. “Conotação” refere-se ao significado de primeira ordem ou mais convencional de um significante, enquanto “denotação” refere-se aos seus significados de segunda ordem ou aos seus significados mais culturais e variáveis. Assim, a “conotação” do significante “rosa” remete ao objeto que conhecemos com esse nome, enquanto sua “denotação” remete a significados como “amor” ou “feminilidade”. No contexto do pós-estruturalismo, esta oposição

torna-se problemática, na medida em que a relação entre um significante e seu significado é concebida como sendo *sempre* móvel e indeterminada.

conscientização Na teoria de Paulo Freire, processo pelo qual, através de uma educação dialógica, se passa de uma atitude passiva a uma atitude ativa diante do mundo social, ou de uma consciência ingênua a uma consciência crítica. Em particular, o processo de conscientização implica o reconhecimento da situação de opressão em que os grupos subordinados estão envolvidos. Este reconhecimento faz parte das condições necessárias para a transformação das estruturas de dominação.

construcionismo social Perspectiva segundo a qual o mundo social, em oposição à natureza ou ao mundo físico, é o resultado de um processo de construção social. Embora esta perspectiva constitua o fundamento de grande parte da teorização social, ela foi recentemente radicalizada com a hipótese estruturalista e pós-estruturalista de que o mundo social é não apenas uma construção social, mas — mais do que isso — uma construção social *lingüística* ou *discursiva*.

contacto, zonas de Na teorização pós-colonial, refere-se aos espaços de encontro colonial entre povos histórica e geograficamente separados. De acordo com análises como a de Mary Louise Pratt em *Imperial eyes*, as relações sociais nas “zonas de contato” são caracterizadas por dominação, assimetria e exploração, mas também por luta e conflito, bem como por inventividade e assimilação seletiva, por parte dos povos dominados, relativamente aos materiais culturais transmitidos ou impostos pela cultura dominante.

contradição Na dialética hegeliana, qualquer proposição, conceito ou fenômeno está sujeito à contradição, na medida em que admite ou supõe seu contrário ou oposto, formando, em conjunto, uma unidade. Na inversão marxiana

da dialética hegeliana, a contradição é uma propriedade não de aspectos abstratos ou ideais, mas de aspectos materiais da sociedade capitalista: a contradição entre valor de uso e valor de troca, entre as relações sociais e as forças de produção, entre capital e trabalho.

controle Utilizado, de forma variada, por diversas perspectivas da teoria educacional crítica, para se referir às formas e aos processos através das quais os grupos dominantes procuram conter os grupos dominados. No contexto da teoria educacional crítica, é mais importante o controle através da ideologia do que da repressão.

corpo Contrastando com a relativa falta de atenção que tem recebido da Sociologia convencional, o corpo tem sido objeto de grande interesse na análise cultural contemporânea. Esse interesse decorre, entre outras coisas, da centralidade do corpo na própria cultura contemporânea. Manter um corpo “elegante” através da dieta, do exercício físico, de drogas medicinais e de intervenções cirúrgicas parece ter se tornado uma das principais obsessões da sociedade atual. O movimento e a teoria feministas, ao reivindicarem a especificidade da experiência das mulheres com seu corpo, também têm contribuído para o renovado interesse pelo corpo e seu significado cultural e social. Por envolver uma complexa mistura de elementos corporais, sociais, políticos e culturais, o fenômeno da emergência e propagação da AIDS também tem ajudado a reforçar o interesse da análise cultural pelo corpo. De forma similar, o questionamento dos padrões socialmente estabelecidos da sexualidade considerada “normal”, feito, sobretudo, a partir das investigações de Michel Foucault, concede ao corpo, outra vez, um lugar central na análise social contemporânea. É, ainda, ao questionar a normalidade física em geral, chamando a atenção para corpos considerados abjetos, monstruosos, defeituosos ou deformados,

que a análise cultural manifesta seu interesse pela questão do corpo. Esse renovado interesse pelo corpo coloca em xeque o postulado dualista da separação entre corpo e mente — com a conseqüente valorização dessa última — que tem caracterizado a teorização social em geral. Na teorização tradicional, o corpo é considerado como o substrato biológico naturalmente dado e inquestionável, em cima do qual se erguem, de forma separada e independente, os sistemas sociais e culturais de significado. A análise cultural contemporânea questiona esse postulado, argumentando que o corpo é, ele próprio, um construto cultural, social e histórico, plenamente investido de sentido e significação. O corpo tem recebido pouca atenção na análise educacional crítica, mas, também aqui, observa-se o surgimento recente de um interesse pela análise do papel e lugar do corpo na educação, no currículo e na pedagogia. É central, na emergência desse interesse, a compreensão de que o processo pedagógico não é um fenômeno puramente mental ou cognitivo, mas que envolve, de maneira crucial, investimentos afetivos e sociais na conformação e transformação dos próprios corpos. Em suma, a corporeidade tornou-se, na teorização cultural e social recente, um tema prestigiado de investigação e análise.

correspondência, princípio da Na análise dos economistas estadunidenses Samuel Bowles e Herbert Gintis, há uma correspondência ou homologia entre as relações sociais da escola e as relações sociais do trabalho: ambas estão organizadas de forma hierárquica e não-democrática. É este princípio — de correspondência — que garante, para o capital, uma transição sem problemas entre a escola e o local de trabalho.

cruzamento de fronteira Na análise cultural anglo-saxônica, o conceito de “fronteira” (tradução de *border*) é utilizado para ressaltar o caráter instável, transitório e incerto da formação da identidade social e cultural. Num cenário

de instabilidade identitária, as pessoas estão constantemente cruzando as fronteiras da identidade racial, sexual, nacional, étnica etc. Num tom mais “militante”, a crítica cultural celebra o “cruzamento de fronteiras” como um ato subversivo e transgressivo, por permitir confundir e borrar as fronteiras social e culturalmente estabelecidas. O “cruzamento de fronteiras” está identificado com o pós-modernismo, o pós-estruturalismo e o multiculturalismo. Nas análises educacionais pós-estruturalistas, assinala tanto a possibilidade de transitar entre diferentes identidades, vistas como fluidas e instáveis, quanto entre diferentes formas de conhecimento, cujas fronteiras são vistas como pouco nítidas e distintas.

cultura Tem diferentes conotações e sentidos nas diferentes vertentes da teoria educacional crítica e pós-crítica. Para a análise neomarxista, a cultura é analisada como parte da superestrutura, ou seja, como pertencendo àquelas esferas sociais que se distinguem da base econômica: as instituições jurídicas e políticas, a ideologia, a educação. As diferentes perspectivas neomarxistas distinguem-se pela maior ou menor autonomia atribuída à superestrutura relativamente à base econômica. Na perspectiva de Bourdieu, a cultura, definida por gostos e formas de apreciação estética, é central ao processo de dominação: é a imposição da cultura dominante como sendo a cultura que faz com que as classes dominadas atribuam sua situação subalterna não à imposição pura e simples, mas à sua suposta deficiência cultural. A escola tem um papel importante na reprodução desta relação de dominação cultural. Na teorização introduzida pelos Estudos Culturais, sobretudo naquela inspirada pelo pós-estruturalismo, a cultura é teorizada como campo de luta entre os diferentes grupos sociais em torno da significação. A educação e o currículo são vistos como campos de conflito em torno de duas dimensões centrais da cultura: o conhecimento e a identidade.

cultura popular Na literatura anglo-saxônica, é sinônimo de cultura de massa. Em geral, entretanto, refere-se às manifestações estéticas e artísticas, bem como aos usos e costumes das classes subordinadas. Nas perspectivas educacionais críticas, a definição da cultura popular como “inferior” é analisada como o resultado de uma operação de poder. Grande parte do esforço pedagógico das teorias críticas consiste em suprimir esta hierarquização entre as culturas dos diferentes grupos sociais, restabelecendo sua igualdade antropológica.

cultura visual Nas universidades estadunidenses, designa um campo de estudos ligado aos Estudos Culturais, tendo sido criado com base na idéia de que a natureza predominantemente visual da cultura contemporânea — abrangendo áreas que vão desde a chamada cultura popular (televisão, cinema, fotografia, publicidade etc.) até às artes visuais tradicionais — justifica a existência de uma disciplina acadêmica que estude e analise de forma coordenada as formas visuais da cultura atual.

currículo oculto Conjunto de atitudes, valores e comportamentos que não fazem parte explícita do currículo, mas que são implicitamente “ensinados” através das relações sociais, dos rituais, das práticas e da configuração espacial e temporal da escola.

dêixis Do grego, significando “designação”, “demonstração”.

Diferentemente dos outros termos da língua, que se referem a conceitos ou significados cuja identificação independe de seu emprego numa situação concreta de discurso, a identificação do referente de termos como “eu”, “aqui” ou “hoje” é inseparável do contexto de fala. Mais especificamente, eles estão referidos à pessoa que fala. Na Linguística, chama-se a isso de “dêixis” e aos referidos termos de “dêiticos”. A pessoa à qual o “eu” da frase “Eu vejo a árvore” se refere só pode ser identificada em relação à instância concreta de fala na qual a frase é pronunciada. Da mesma forma, o “hoje” ao qual a frase “Hoje é meu aniversário” se refere só adquire significado no contexto concreto em que é emitida. Em ambos os exemplos, os dêiticos estão referidos à pessoa que fala. Por “mudarem” seu referente de acordo com a situação, os dêiticos são chamados também de “embreantes” ou “embreagens” (do francês, *embrayeurs*, que, por sua vez, é uma tradução do inglês *shifters*). Para Émile Benveniste, o dêitico referente ao pronome da primeira pessoa, “eu”, está no fundamento da subjetividade, pois é ao pronunciar “eu”, numa instância específica de fala, que a pessoa que o enuncia fornece um referente preciso — isto é, ela própria — ao lugar normalmente “vazio” daquele dêitico. O “sujeito” se efetiva no momento preciso em que efetiva o ato específico de fala que ele pronuncia e no qual o significante “eu” tem a si próprio como referente. Ao dizer “eu fui ao dentista” estou não apenas expressando o fato de minha ida ao dentista, mas *também* o fato de que aquele “eu” aponta para um sujeito específico: eu próprio. É apenas através

desses atos de fala que me “torno” sujeito, que minha subjetividade adquire um referente preciso.

denotação Ver “conotação”.

descentramento Na crítica pós-modernista e pós-estruturalista, o termo é utilizado no contexto do questionamento do sujeito cartesiano. Esta crítica efetua um duplo descentramento: a) o sujeito é deslocado de sua posição no centro do universo, cedendo lugar à sociedade, à linguagem e à história; b) na medida em que a subjetividade é vista como resultado de múltiplas interpelações e como estando sujeita a processos inconscientes, o sujeito é deslocado de seu núcleo unificado, racional e consciente.

desconstrução Em sentido estrito, procedimento de análise empregado pelo filósofo francês Jacques Derrida. Em sentido amplo, qualquer análise que questione operações ou processos que tendam a ocultar ou olvidar o trabalho envolvido em sua construção social, tais como a naturalização, o essencialismo, a universalização ou o fundacionalismo. Na concepção de Derrida, a desconstrução envolve ler um texto, buscando suas contradições e ambigüidades internas. Uma operação típica da desconstrução feita por Derrida consiste em focalizar as oposições binárias estabelecidas num texto, nas quais, também tipicamente, se privilegia um dos termos em detrimento do outro, para mostrar que certos elementos contidos no próprio texto, mas reprimidos, minam e desestabilizam tanto aquelas oposições quanto os privilégios que elas estabelecem. Em seu livro *Gramatologia*, por exemplo, Derrida focaliza a oposição estabelecida, na tradição filosófica ocidental, entre a forma escrita e a forma oral da linguagem, na qual esta última é privilegiada relativamente à primeira, por supostamente coincidir com o pensamento, a interioridade ou o significado. Em sua longa e detalhada análise, Derrida demonstra que esta oposição não se sustenta, na medida em que, tanto quanto a escrita, a voz também é feita de significantes.

desejo Na crítica cultural contemporânea, a idéia de “desejo” remete, quase sempre, para o tratamento que lhe foi dado pela Psicanálise, sobretudo por Freud e Lacan. O conceito tem, entretanto, na tradição filosófica ocidental, uma história bem mais antiga, remontando pelo menos a Platão e recebendo a atenção de filósofos tão diversos quanto Agostinho, Hegel e Spinoza. Nessa tradição, a idéia de “desejo” está relacionada, em geral, à idéia de “carência” ou “falta”: deseja-se, sempre, algo que não se tem, algo, em geral, difícil de ser obtido. Além disso, o desejo é, nos termos colocados pela fórmula lacaniana, “desejo do outro”, no sentido duplo e ambíguo de “desejo pelo outro” e de “desejo do desejo do outro”. Numa tendência que foi continuada pela Psicanálise, o conceito de “desejo” remete, nessa mesma tradição, a algum impulso primordial, original, em geral de ordem biológica. Dada a separação entre política e desejo que tradicionalmente tem caracterizado as teorias sociais mais politizadas, como o marxismo, por exemplo, tem-se buscado, de um lado, “politizar” o desejo e, de outro, “erotizar” a política, destacando-se, nesse sentido, as teorizações de Wilhelm Reich e Herbert Marcuse. Por outro lado, teóricos como Michel Foucault, por exemplo, recusam-se, preliminarmente, a conceder qualquer *status* teórico ao conceito de “desejo”, por suas conotações claramente psicológicas ou até mesmo biológicas. Mais geralmente, no contexto da chamada “virada lingüística” que caracteriza o pós-estruturalismo, a questão está em como conceber o desejo em termos de discurso e linguagem, sem lançar mão de qualquer idéia sobre alguma suposta “força” que seja anterior ou transcendente à sua formulação lingüística ou discursiva. Mais recentemente, Gilles Deleuze e Félix Guattari, desenvolveram, no livro *O anti-Édipo*, uma tentativa de síntese teórica entre, de um lado, a dinâmica da produção econômica que está no centro das teorias sociais “politizadas”, sobretudo as marxistas, e, de outro, a dinâmica

do desejo, interpretando-o, entretanto, de uma forma completamente diferente das tradições que o vêem como carência e como impulso biológico ou psicológico primordial. A discussão da idéia de “desejo” também tem sido central às vertentes feministas da crítica cultural, as quais colocam em questão, sobretudo, as perspectivas psicanalíticas que concebem a mulher como objeto ou produto do desejo masculino. Por outro lado, pode-se interpretar a conhecida palavra de ordem feminista “o pessoal é político” como uma tentativa de integrar questões relativas ao poder com questões relativas ao desejo. É óbvia a ausência de qualquer teorização sobre a questão do desejo na chamada “teoria educacional crítica”. Mais recentemente, sob a influência da Psicanálise, das teorias feministas e da crítica pós-estruturalista, a teoria educacional crítica tem-se mostrado mais permeável à discussão sobre questões relacionadas ao desejo, como se pode ver, por exemplo, nas recentes preocupações com questões relativas ao corpo e à sexualidade na educação. Em geral, entretanto, a teoria pedagógica crítica tem permanecido cartesianamente pouco simpática à introdução de qualquer discussão sobre a questão do desejo em educação.

desigualdade No contexto da sociologia crítica da educação, a condição na qual os diferentes grupos sociais — definidos principalmente em termos de classes sociais — apropriam-se de forma desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade. Descrever e explicar as situações de desigualdade na educação — relacionando-as às desigualdades sociais mais amplas — tem sido uma das tarefas centrais da sociologia crítica da educação.

deslocamento Ver “condensação”.

desterritorialização Na nomenclatura introduzida por Gilles Deleuze e Félix Guattari, “territorializar” significa codificar, submetendo a regras e controles, setores ou elementos da vida social, como, por exemplo, a família, o trabalho, o

corpo. Na análise de Deleuze e Guattari, o capitalismo caracteriza-se por um processo generalizado de desterritorialização, isto é, de descodificação ou afrouxamento de regras e controles tradicionais, seguido por um processo de reterritorialização, isto é, de instituição de novos e renovados controles e regras.

determinação A relação pela qual a ocorrência de um dado fenômeno depende da ocorrência de um outro, considerado “determinante”. Assim, por exemplo, na teoria marxista, diz-se que os processos considerados como pertencentes à “superestrutura” (a cultura, a política, a lei) são determinados pelos processos da “infra-estrutura” (as relações de produção, a economia).

determinismo Tendência a atribuir um peso e um grau exagerados à determinação que um certo fenômeno exerce sobre um outro. Dependendo de qual fator se considera determinante, pode-se falar em determinismo biológico, determinismo econômico, determinismo tecnológico etc. O termo “determinismo” carrega uma óbvia carga negativa, constituindo sempre um termo de acusação e supondo que a determinação assim atribuída é claramente indevida. No contexto da teorização educacional crítica, as chamadas “teorias da reprodução” foram questionadas por suporem que aquilo que se passa no âmbito da educação, da pedagogia e do currículo depende estreitamente do que se passa no âmbito da economia ou das relações de produção.

dialética Em Hegel, significa, ao mesmo tempo: a) uma propriedade das coisas ou fenômenos que supõem ou implicam seu oposto ou contrário; b) o método pelo qual as coisas ou fenômenos são examinados em sua totalidade — como afirmação e negação. O método dialético de Marx toma a dialética hegeliana como ponto de partida, mas a inverte: contrariamente a Hegel, para Marx, o mundo material não é um reflexo da “Idéia Absoluta”, mas as idéias é que são um reflexo do mundo material. Para Marx,

as mudanças na sociedade capitalista têm origem nas suas próprias contradições — entre valor de uso e valor de troca, entre forças produtivas e relações sociais, entre capital e trabalho. É como resultado do desdobramento dessas contradições internas que a sociedade capitalista se transforma, quantitativa e qualitativamente, numa outra coisa. O método dialético é aquele que toma em consideração a natureza dialética dos movimentos que constituem estas transformações. Na teoria educacional crítica, a aplicação do método dialético deveria estabelecer quais as contradições existentes entre elementos tanto da base econômica quanto da educação, na sociedade capitalista, para determinar de que modo essas contradições acabariam por se resolver em favor de um estágio social supostamente melhor e superior. Apesar da reivindicação bastante freqüente do método dialético por várias perspectivas críticas, ele foi raramente empregado neste sentido estrito: em geral, “dialético” é, neste contexto, simplesmente sinônimo de “marxista”.

dialética negativa Perspectiva desenvolvida por Theodor Adorno no livro *Dialética negativa*, no qual ele questiona o pensamento identitário que caracterizaria tanto a filosofia idealista quanto as dialéticas de Hegel e de Marx. O pensamento identitário privilegiaria a identidade — entre o conceito e a coisa-em-si; entre pensamento e sujeito; entre o sujeito e ele próprio — em detrimento da heterogeneidade, da diferença e da alteridade. Para Adorno, a própria dialética, ao resolver a negação da negação em uma síntese positiva, acaba por regressar à positividade da identidade. A dialética negativa, em contraste, enfatiza a não-coincidência e a não-identidade, recusando-se a reduzir a diferença e a heterogeneidade à mesmidade e à unidade. Por sua tendência a unificar a particularidade e a diferença na identidade, Adorno rejeita igualmente a idéia de “totalidade” da dialética tradicional. Em suma, a dialética

negativa tem uma visão extremamente negativa da “identidade” e do pensamento identitário.

dialogismo Identificado com a teorização do escritor russo Mikhail Bakhtin, que sustenta que a linguagem e o mundo social são, fundamentalmente, dialógicos, isto é, são caracterizados pela interação entre diferentes perspectivas e pontos de vista. Por não se limitar à interação interpessoal, mas se estender à interação entre textos, discursos e culturas, o dialogismo relaciona-se, de forma estreita, com a intertextualidade.

diáspora Dispersão, em geral forçada, de um determinado povo por lugares diferentes do mundo. Na análise pós-colonialista, destacam-se a diáspora dos povos africanos, causada pelo comércio escravagista, e o movimento contemporâneo de migração — visto como uma diáspora — dos povos das antigas colônias européias para suas antigas metrópoles. Nessa análise, a existência de uma suposta identidade diaspórica está relacionada à noção antiessencialista de hibridismo.

diegese Na teoria narrativa, refere-se àqueles elementos internos à narrativa, em oposição aos elementos que lhe são exteriores, tais como “comentários” feitos pelo narrador ou quaisquer outros elementos propriamente retóricos, discursivos ou metanarrativos. Em outras palavras, a diegese refere-se à história propriamente dita, enquanto tudo aquilo que se refere externamente à história é considerado “extradieético”. Na análise cultural, o termo é utilizado principalmente na teoria do cinema, para distinguir os elementos diretamente relacionados à trama do filme daqueles elementos que lhe são “estranhos”. Assim, por exemplo, a música executada por um determinado personagem é “diegética”, enquanto a música incidental é “extradieética”. Os diálogos entre os personagens são “diegéticos”, mas se um determinado personagem se dirige diretamente ao espectador, sua fala é considerada “extradieética”.

diferença Conceito que passou a ganhar importância na teorização educacional crítica a partir da emergência da chamada “política de identidade” e dos movimentos multiculturalistas. Neste contexto, refere-se às diferenças culturais entre os diversos grupos sociais, definidos em termos de divisões sociais tais como classe, raça, etnia, gênero, sexualidade e nacionalidade. Em algumas das perspectivas multiculturalistas, a diferença cultural é simplesmente tomada como um dado da vida social que deve ser respeitado. Nas perspectivas teóricas pós-estruturalistas, a diferença, entretanto, é um *processo* social estreitamente vinculado à significação. Num contexto filosófico, fala-se de “filosofias da diferença” para se referir a certas tendências filosóficas contemporâneas que se centram no conceito de diferença, opondo-se, nesse sentido, às filosofias que se fundamentam na dialética, as quais são criticadas, sobretudo, porque, ao resolverem a contradição por meio de uma negação da negação, acabam por reafirmar a identidade e a mesmidade. Embora baseados em noções de diferença que não são coincidentes, pode-se nomear Gilles Deleuze e Jacques Derrida como os principais representantes de uma “filosofia da diferença”. Ao se caracterizar o chamado “pós-estruturalismo”, esquece-se, em geral, que esse movimento teórico contemporâneo define-se também por sua rejeição da dialética e por sua conseqüente afirmação do princípio da diferença, e não apenas por sua reação ao estruturalismo e seus pressupostos sobre o discurso e a linguagem. É esse último aspecto do pós-estruturalismo que tem sido ressaltado na teoria educacional crítica recente, tendo-se dado, em contraposição, pouca atenção ao primeiro.

différance Tirando proveito do fato de que não há diferença de pronúncia entre *différance* e *différence* (diferença), o filósofo francês Jacques Derrida cunhou o termo para assinalar que o processo de significação depende tanto de uma operação de diferença quanto de uma operação de diferimento (adiamento).

disciplina No sentido de “campo do conhecimento”, tem constituído o objeto de estudo da História das Disciplinas e da Sociologia da Educação, concentrando-se, ambas, com ênfases diferentes, em investigar como as diferentes disciplinas escolares foram criadas e estabelecidas. Em certas perspectivas críticas, adota-se o conceito de “disciplina” tal como foi desenvolvido por Michel Foucault. Aqui, o termo refere-se tanto aos diferentes campos do saber — analisados em sua conexão com relações de poder — quanto a formas de controle e regulação social.

discurso Amplamente utilizado em diversas perspectivas de análise social, com variadas ênfases e conotações. Formalmente definido, o termo refere-se, em geral, a complexos verbais mais extensos do que uma simples sentença. Focalizam-se, em geral, conjuntos de expressões verbais amplos, identificados com certas instituições ou situações sociais como, por exemplo, o discurso da Ciência, o discurso jurídico, o discurso médico, o discurso da Pedagogia, o discurso da sala de aula. Nas perspectivas críticas, a ênfase está nas formas pelas quais os recursos retóricos e expressivos do discurso são utilizados para a obtenção de certos efeitos sociais, isto é, a preocupação está nas conexões entre discurso e poder. No contexto da crítica pós-estruturalista, o termo é utilizado para enfatizar o caráter lingüístico do processo de construção do mundo social. Particularmente, o filósofo francês Michel Foucault argumenta que o discurso não descreve simplesmente objetos que lhe são exteriores: o discurso “fabrica” os objetos sobre os quais fala. Assim, ele analisou, por exemplo, a sexualidade e a loucura como efeitos de certos “saberes”, vistos como formas particulares de discurso.

dispositivo Nos termos de Foucault, significa o conjunto das práticas, discursivas e não-discursivas, consideradas em sua conexão com as relações de poder. O próprio Foucault forneceu uma lista dos elementos que constituiriam um

“dispositivo”: “discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, regulamentos morais, instituições e disposições filantrópicas, em suma, tanto o dito quanto o não-dito” (FOUCAULT, 1994, p. 299).

disseminação Termo cunhado por Jacques Derrida, no livro *La dissémination*, para descrever o caráter proliferante, disseminativo, indeterminado, indecível dos textos. Embora próximo do termo de tradição mais hermenêutica, “polissemia”, a “disseminação” não se dirige, como aquele, ao nível semântico ou ao nível do significado, mas à indeterminação e à indecibilidade estrutural que caracterizam a linguagem, o texto e o discurso. Igualmente, em contraste com a “polissemia” da hermenêutica, o conceito de “disseminação” não supõe simplesmente a possibilidade de uma pluralidade de significados, perspectiva que permanece no nível do *significado*, mas a impossibilidade mesma da fixação de qualquer significado. De acordo com Derrida (1972, p. 62), a “disseminação” assinala “uma multiplicidade irreduzível e *generativa*”.

diversidade No contexto da chamada “política de identidade”, o termo está associado ao movimento do multiculturalismo. Nessa perspectiva, considera-se que a sociedade contemporânea é caracterizada por sua diversidade cultural, isto é, pela coexistência de diferentes e variadas formas (étnicas, raciais, de gênero, sexuais) de manifestação da existência humana, as quais não podem ser hierarquizadas por nenhum critério absoluto ou essencial. Em geral, utiliza-se o termo para advogar uma política de tolerância e respeito entre as diferentes culturas. Ele tem, entretanto, pouca relevância teórica, sobretudo por seu evidente essencialismo cultural, trazendo implícita a idéia de que a diversidade está dada, que ela preexiste aos processos sociais pelos quais — numa outra perspectiva — ela foi, antes de qualquer coisa, criada. Prefere-se, neste

sentido, o conceito de “diferença”, por enfatizar o processo social de produção da diferença e da identidade, em suas conexões, sobretudo, com relações de poder e autoridade.

dobra Conceito desenvolvido por Gilles Deleuze, em sua teorização sobre o processo de subjetivação. Com o conceito de “dobra”, Deleuze busca evitar a referência a qualquer noção de interioridade, de subjetividade prévia ou de sujeito estável, evitando, ao mesmo tempo, qualquer dicotomia ou separação entre interior e exterior, entre “fora” e “dentro”. Deleuze concebe o processo de subjetivação como uma “dobra” — tal como uma dobra numa folha de papel ou num tecido, ou, ainda, uma invaginação corporal, como a vulva, por exemplo –, por meio da qual o “fora” torna-se “dentro” sem deixar de ser “fora” e sem tornar-se simplesmente “dentro”. Como tradução do francês “*pli*”, pode-se pensar na “dobra” também como “prega”, “invaginação”, “involucração”, “plissado”, “bainha”.

doxa Na teorização crítica de Bourdieu, o conjunto de crenças que constituem o senso comum, isto é, que são tomadas como dadas e assentadas — sem questionamento.

écriture féminine Conceito criado pela escritora feminista francesa Hélène Cixous, para designar uma escrita caracteristicamente feminina, marcada pela condição e pela experiência da mulher. Cixous opõe a *écriture féminine* — aberta, fluida, generosa, lúdica, desestabilizadora — à escritura masculina — falocêntrica, fixa, dominadora, conformista, egoísta. Cixous utiliza as teorizações de Freud e Lacan para subvertê-las: para ela, a experiência feminina não é negativamente definida pela falta do falo, mas positivamente pela possibilidade e pelo fato da maternidade. O corpo feminino — especificamente, aqueles órgãos ligados à sexualidade, como o útero, a vagina, os seios — é visto não como falta, mas como positividade. A *écriture féminine* é uma escrita feita com o corpo, uma escritura que carrega as marcas do corpo — o corpo feminino. Na *écriture féminine*, o texto é corpo. Numa referência ao leite materno, ela diz que a *écriture féminine* é uma “escrita branca”. A *écriture féminine* é poética — realiza-se contra as convenções da língua, subvertendo-as. Embora Cixous deduza a *écriture féminine* da experiência concreta das mulheres, ela admite a possibilidade de que a escrita de certos homens possa ser uma *écriture féminine*.

educação bancária Termo cunhado por Paulo Freire para referir-se aos métodos tradicionais de ensino, centrados na transmissão mecânica de informações a estudantes que se limitam a recebê-los de forma passiva. A metáfora destaca, de forma especial, a ação de “depósito” que caracterizaria tanto as operações propriamente bancárias quanto a educação tradicional.

educação libertadora Inicialmente utilizado por Paulo Freire, o termo refere-se a atividades educacionais ligadas a um projeto político mais amplo de luta contra a opressão e a dominação. De acordo com as implicações do conceito freireano de “conscientização”, a libertação relativamente às estruturas sociais de opressão e dominação está estreitamente conectada à libertação relativamente às formas ideológicas pelas quais aquelas estruturas são internalizadas na consciência, tornando-se aceitáveis. Utiliza-se também, no mesmo sentido, o termo “educação emancipadora”.

educação popular Refere-se a uma gama ampla de atividades educacionais cujo objetivo é estimular a participação política de grupos sociais subalternos na transformação das condições opressivas de sua existência social. Em muitos casos, as atividades de “educação popular” visam o desenvolvimento de habilidades básicas como a leitura e a escrita, consideradas como essenciais para uma participação política e social mais ativa. Em geral, seguindo a teorização de Paulo Freire, busca-se utilizar métodos pedagógicos — como o método dialógico, por exemplo — que não reproduzam, eles próprios, relações sociais de dominação.

efeito de realidade Utilizado, sobretudo, por Roland Barthes, no contexto de sua crítica da literatura realista. De acordo com Barthes, o romance realista clássico caracteriza-se por construir a ilusão de que ele descreve a “realidade” de modo direto, sem a mediação da linguagem. É por meio da ocultação de seu caráter retórico, de sua natureza de artifício lingüístico, que o romance realista constrói esse “efeito de realidade”.

efeitos de verdade Para Michel Foucault, o importante não é decidir, com base no confronto entre um determinado discurso e a “realidade” à qual ele supostamente se refere, se ele é verdadeiro ou não, mas examinar seus “efeitos de verdade”, ou seja, determinar quais os mecanismos retóricos

através dos quais, em conexão com relações de poder, ele é *tomado* como verdade.

empowerment Na literatura educacional crítica anglo-saxônica, refere-se ao processo pelo qual, através da educação, grupos sociais subordinados adquirem meios de fortalecer seu poder para lutar contra estruturas de opressão e dominação. Uma tradução possível é “fortalecimento do poder”.

enquadramento Na nomenclatura do sociólogo inglês Basil Bernstein, refere-se ao grau de controle do docente relativamente ao ritmo e às formas do processo de transmissão. Quanto maior o controle exercido pelo docente, maior o enquadramento. Assim, num currículo com alto grau de enquadramento, o docente controla totalmente o que será transmitido ao aprendiz, quando, e em que ritmo.

enunciação Na acepção introduzida por Émile Benveniste, a enunciação é o ato pelo qual a língua ou o código se concretiza, se realiza ou se efetiva como fala. É ao caracterizar a enunciação como *ato* e o enunciado como o *resultado* daquele ato que a Lingüística faz a importante distinção entre esses dois conceitos. Essa distinção torna-se crucial naquelas situações em que estão presentes aqueles termos conhecidos como “dêiticos” ou “embreadores”, tais como os pronomes pessoais “eu” e “tu”, os advérbios de lugar “aqui” e “ali” ou os advérbios de tempo como “agora” ou “amanhã”. É apenas no ato de enunciação que essas palavras são preenchidas com aquilo a que se referem. Só se sabe a quem se refere o “eu” que faz parte do enunciado “Eu fui ao jogo” no momento em que este é pronunciado, isto é, no momento de sua enunciação. Por outro lado, esse “eu” tem “dois” referentes: ele nomeia a pessoa que *foi* ao jogo — o sujeito do *enunciado* — e, ao mesmo tempo, a pessoa que *diz* que foi ao jogo — o sujeito da *enunciação*. A distinção torna-se mais clara se substituirmos “eu” por “Carlos”, por exemplo: “Carlos foi ao

jogo". Neste caso, "Carlos" é o sujeito do "enunciado", enquanto o sujeito da enunciação é a pessoa que, numa dada situação, pronuncia essa frase. Fica claro, aqui, que os dois sujeitos não coincidem, mas, numa interpretação mais pós-estruturalista eles tampouco coincidem na outra frase: o "eu" que foi (no passado) ao jogo é diferente, ao menos temporalmente, do "eu" que está dizendo (no presente) que foi ao jogo. Para Benveniste, é por meio da enunciação que a subjetividade se manifesta.

enunciado Formalmente, a unidade lingüística mínima, formada por qualquer seqüência de signos dotada de sentido e sintaticamente válida. Émile Benveniste fez uma importante distinção entre "enunciação" — o *ato* — e "enunciado" — o *resultado* daquele ato. O conceito de enunciado adquire um significado muito preciso e particular na teorização feita por Michel Foucault nos livros *A arqueologia do saber* e *As palavras e as coisas*. Foucault define enunciado não por meio de seus elementos formais (gramaticais, lingüísticos ou proposicionais), mas por suas conexões com um domínio epistemológico mais amplo que permite que certas coisas sejam ditas e outras não, que certos enunciados sejam possíveis e outros não. Em outras palavras, Foucault está mais preocupado com o enunciado como uma função epistemológica ("o que pode ser dito?") e política ("quem está autorizado a dizer?") do que como uma unidade gramaticalmente ou lingüística-mente definida. O importante para Foucault é descrever as regras de formação ou as condições de possibilidade dos enunciados. É por defini-lo como função que, para Foucault, o conceito de enunciado não se limita ao enunciado estritamente lingüístico, mas se amplia para abranger elementos tais como tabelas, gráficos, árvores genealógicas, organogramas, relatórios contábeis, balanços contábeis, grades curriculares, equações etc. O conceito de enunciado articula-se, em Foucault, com os de: "arquivo" —

conjunto das regras que definem a possibilidade de existência de determinados enunciados; “discurso” — conjunto de enunciados que pertencem a um mesmo sistema de regras e leis de formação; e “formação discursiva” — o sistema mais amplo de regras e leis de possibilidade no qual se inscrevem os enunciados e os discursos.

episteme Na nomenclatura de Michel Foucault, no livro *As palavras e as coisas*, conjunto das regras e dos princípios, predominantes num determinado período histórico, que possibilitam que certas coisas — e não outras — sejam ditas, configurando campos particulares de saberes.

Escola de Frankfurt Nome com que ficou conhecido um conjunto de pensadores alemães que, em 1923, fundaram, na Universidade de Frankfurt, o Instituto de Pesquisa Social. Entre os nomes mais freqüentemente associados com a Escola de Frankfurt estão: Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin e Herbert Marcuse. O conjunto da obra sociológica e filosófica da Escola Frankfurt ficou conhecido também como “Teoria crítica”. O pensamento da Escola de Frankfurt filia-se à tradição marxista de crítica da sociedade, mas rejeita o axioma do primado da economia, concedendo um papel relativamente autônomo à esfera cultural. Profundamente marcados pela experiência do nazismo, que afetou radicalmente a vida da maioria deles, os pensadores da Escola Frankfurt estiveram preocupados, em sua obra, em tentar compreender os processos pelos quais as pessoas e os grupos sociais aceitam e reforçam as estruturas e as instituições que são responsáveis por sua própria dominação. Nesse sentido, é central, na teorização da “Teoria crítica”, o conceito — formulado por Adorno e Horkheimer — de “indústria cultural”. O nome “Escola de Frankfurt” tende a homogeneizar, entretanto, pensadores cujas obras foram bastante diversas e variadas, tanto temática quanto metodologicamente, chegando, às vezes, à franca divergência. Assim,

por exemplo, é conhecida a polêmica entre Adorno e Benjamin em torno de questões estéticas.

escopofilia Na análise de Freud, refere-se ao prazer do ato de ver ou olhar, carregando, em geral, conotações sexuais. Utilizado, posteriormente, nas análises fílmicas inspiradas na Psicanálise, como as de Christian Metz, por exemplo, para se referir, de forma geral, ao prazer ligado ao ato de ver um filme. Na análise feminista do cinema clássico de Hollywood feita por Laura Mulvey, a escopofilia está vinculada ao olhar objetificante lançado pelo espectador masculino à mulher retratada na tela.

escotomização Derivado de “escotoma” (em grego, “obscurecimento”), lacuna no campo visual, causada pela falta de sensibilidade de certos pontos da retina. Em Psicanálise, refere-se ao processo pelo qual o indivíduo, inconscientemente, exclui — “escotomiza” — do campo da consciência certos aspectos indesejáveis da realidade. Em Teoria Literária, refere-se ao processo pelo qual um texto está organizado para ignorar, esquecer ou excluir determinadas idéias ou conceitos.

esfera pública A divisão entre uma esfera privada e uma esfera pública, na vida social, tem raízes antigas na teorização social, mas o conceito foi recentemente renovado pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, que argumenta em favor do desenvolvimento de espaços públicos, onde se possa discutir, de forma racional, questões relativas à política e ao bem comum. Na teoria educacional crítica, Henry Giroux tem utilizado o conceito para caracterizar a educação não apenas como um espaço no qual se pode estimular o exercício de habilidades importantes para a participação na esfera pública, mas como constituindo, ela própria, uma esfera pública.

espelho, estádio do Uma das contribuições mais conhecidas de Jacques Lacan para a Psicanálise, assinala o período, entre os 6 e os 18 meses, em que a criança, ao se olhar no

espelho, reconhece-se, pela primeira vez, não mais como um ser indiferenciado, fundido com a mãe e o mundo, nem como um ser fragmentado, composto de partes desconexas, mas como um ser autônomo e inteiro. Esse reconhecimento é, ao mesmo tempo, um des-reconhecimento e uma alienação, na medida em que essa sensação de autonomia e inteireza é baseada em uma imagem, em uma ficção.

esquizo-análise Forma de análise e de intervenção social e política desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari no livro *O anti-Édipo*, em oposição à Psicanálise. Deleuze e Guattari questionam a Psicanálise sobretudo por sua reificação do complexo de Édipo: uma instância particularmente histórica de formação da subjetividade, formada pelo triângulo familiar papai-mamãe-eu, é transformada na matriz abstrata e transcendente de todo processo de subjetivação. Contrariamente à Psicanálise, centrada na neurose e no neurótico, a esquizo-análise toma como paradigma de formação da subjetividade os processos característicos da psicose e do psicótico e, mais particularmente, da esquizofrenia e do esquizofrênico. Embora seja o produto da repressão exercida pelo capitalismo e uma fonte de sofrimento, a esquizofrenia, na perspectiva de Deleuze e Guattari, também prefigura, em sua recusa da normalidade e da estrutura sociais, os prazeres de um possível e desejável estado de ser. Em suma, a esquizo-análise identifica o revolucionário com o esquizofrênico, mas a esquizofrenia é tomada, aqui, mais como um fenômeno sócio-histórico do que psicológico. É no contexto do desenvolvimento de sua tese sobre a esquizo-análise que Deleuze e Guattari desenvolvem os importantes conceitos de “máquinas desejantes”, “corpos sem órgãos”, “territorialização”, “desterritorialização”, “produção desejante”.

essencialismo Tendência a caracterizar certos aspectos da vida social como tendo uma essência ou um núcleo — natural ou cultural — fixo, imutável.

estereótipo Opinião extremamente simplificada, fixa e enviesada sobre as atitudes, comportamentos e características de um grupo cultural ou social que não aquele ao qual se pertence. O etnocentrismo, o racismo, o sexismo, a homofobia, baseiam-se, todos, em grande parte, na produção e reprodução de estereótipos sobre os respectivos grupos sociais atingidos por essas atitudes tendenciosas. Na análise cultural contemporânea, o conceito é visto com certa desconfiança, por suas conotações psicológicas, ao focalizar o indivíduo e não processos sociais e históricos. Os Estudos Culturais têm preferido utilizar, na análise do etnocentrismo, do racismo, do sexismo e da homofobia, o conceito de “representação”, por permitir ressaltar as relações de poder envolvidas nesses processos, bem como o papel central da linguagem na produção de visões específicas sobre a alteridade.

estruturalismo Movimento teórico que se desenvolveu, sobretudo na França, nos anos 50, inspirado nos princípios formulados no livro póstumo do lingüista suíço Ferdinand de Saussure, *Curso de Lingüística Geral*, publicado em 1915. De acordo com Saussure, a língua deveria ser estudada, sobretudo, como um sistema sincrônico cujas unidades, os signos, formados pelo conjunto significado/significante, só “significam” por meio da diferença que estabelecem entre si. Embora sem mencionar a palavra “estrutura”, Saussure afirmava, fundamentalmente, que a “língua” é caracterizada, sobretudo, não pela “natureza” de seus elementos individuais, mas pelas relações que eles estabelecem entre si, ou seja, pela sua estrutura que, neste caso, se define por relações de “diferença”. A língua opõe-se, neste sentido, à fala — colocação em ato, efetivação, ou realização, por falantes individuais, do conjunto limitado de regras da língua. O que o estruturalismo dos anos 50-60 fez foi analisar diversos campos e fenômenos sociais de acordo com o modelo lingüístico desenvolvido por Saussure. Assim, por exemplo, Claude

Lévi-Strauss, talvez o autor mais representativo do estruturalismo, partindo desse modelo, analisou fenômenos como as estruturas de parentesco, os mitos e, em geral, as formas de pensamento, de sociedades ditas “primitivas”, como sistemas simbólicos dotados de uma estrutura similar à da língua em sentido estrito. Os estruturalistas acreditavam que a aplicação do conceito de “estrutura” permitia um estudo rigoroso e científico do mundo social. Essa pretensão científica do estruturalismo desemboca no desenvolvimento da “semiologia”, uma ciência geral dos signos, cujo objetivo consiste em considerar os fenômenos sociais como sistemas simbólicos que podem ser estudados de forma semelhante àquela adotada por Saussure para a análise da língua ordinária. Assim, a semiologia analisa como se fossem um conjunto estrutural de regras — ou código — fenômenos tão diversos quanto a moda, a culinária, o cinema, a fotografia, a publicidade e o metrô. O ímpeto do estruturalismo provavelmente havia se esgotado, sob o efeito de diversos questionamentos, sobretudo às suas pretensões científicas, já no final dos anos 60, cedendo lugar ao pós-estruturalismo, sem que alguns de seus princípios programáticos desaparecessem totalmente — como o do primado da linguagem, por exemplo. Na análise educacional, o exemplo mais conhecido, coerente e radical de adoção de princípios estruturalistas é o da obra do sociólogo inglês Basil Bernstein, que desenvolveu uma verdadeira “gramática” estruturalista da pedagogia e do currículo.

Estudos Culturais Campo de teorização e investigação que tem origem na fundação do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), na Universidade de Birmingham, Inglaterra, em 1964. A orientação do Centre desenvolveu-se, inicialmente, como reação às tendências elitistas de concepção da cultura, características da tradição de crítica literária tal como representada pelo crítico F. R. Leavis. Em contraposição à concepção leavisiana da cultura como sendo constituída pelas obras artísticas e literárias consideradas

de excelência, o Centre adotou uma concepção antropológica, fundamentada na definição de cultura como a totalidade da experiência vivida dos grupos sociais. A orientação teórica do Centre sofreu várias modificações ao longo dos anos. Na sua primeira década de existência, esta orientação era predominantemente marxista, influenciada, sobretudo, por Althusser e Gramsci. Posteriormente, a produção do Centre passou a ser influenciada pelo pós-estruturalismo, adotando elementos das contribuições teóricas de Michel Foucault e Jacques Derrida, entre outros. Ao longo destas transformações, continuou sendo fundamental uma concepção que vê a cultura como campo de luta em torno do significado e a teoria como campo de intervenção política. A idéia de Estudos Culturais do CCCS expandiu-se consideravelmente nos últimos anos, propiciando o desenvolvimento de um campo importante e influente de teorização e investigação social.

ethos Utilizado, por Bourdieu, entre outros, para se referir ao conjunto de disposições éticas que orientam as ações dos indivíduos. O *ethos* se distingue da ética ou da moral na medida em que se trata de disposições de caráter prático: nem sistemáticas nem intencionais.

etnia Na definição do dicionário, grupo biológica e culturalmente homogêneo. Na teorização social, utilizado frequentemente como sinônimo de “raça”; mas, enquanto “raça” teria, supostamente, conotações mais biológicas, “etnia” teria conotações mais culturais. Com a crítica pós-estruturalista ao conceito de “raça”, que o vê como sendo, ele próprio, uma construção discursiva e cultural, as distinções entre os dois termos tendem a desaparecer. Por influência do termo inglês *ethnicity*, amplamente utilizado nos Estudos Culturais, tem-se utilizado também a palavra “etnicidade”.

etnocentrismo Tendência a considerar as características do grupo cultural ao qual se pertence como referências absolutas

relativamente às quais as características de outros grupos são consideradas como inferiores.

eurocentrismo Tendência a tomar os valores da cultura européia como norma relativamente à qual se avaliam como hierarquicamente inferiores os valores de outros grupos culturais.

exclusão social Termo empregado na teoria social recente para se referir ao fenômeno pelo qual certos grupos sociais são privados de benefícios e recursos considerados essenciais nas sociedades contemporâneas. As coisas das quais as pessoas e os grupos em questão são excluídos incluem desde esferas concretas e materiais, como o emprego, o trabalho e a renda daí decorrentes, até bens e recursos que podem ser considerados mais simbólicos e afetivos, como vínculos familiares e sociais ou o acesso à educação e à cultura. O *status* teórico deste conceito tem sido bastante questionado, na medida em que ele não se coaduna com o conceito de classe social, que tem sido tão central à teoria social contemporânea, sobretudo no sentido desenvolvido em suas vertentes marxistas. Trata-se de uma objeção similar à que se tem feito ao conceito de “desigualdade social”.

falocentrismo Tendência a privilegiar as características e os valores masculinos, em detrimento das características e dos valores femininos.

falogocentrismo Termo cunhado por Jacques Derrida para assinalar a combinação de “falocentrismo” com “logocentrismo”.

fechamento Tradução do termo inglês “*closure*”, utilizado na análise pós-estruturalista para caracterizar textos que tendem a fechar a leitura em torno de uma única possibilidade de interpretação.

fetichismo Na análise de Marx, trata-se do “fetichismo da mercadoria”: tendência a tomar como sendo “coisas” as relações sociais que caracterizam a mercadoria e o processo de troca capitalista.

filosofia da consciência Expressão utilizada por Jürgen Habermas, no livro *O discurso filosófico da modernidade*, para se referir àquelas tradições filosóficas que, de Descartes a Sartre e a Merleau-Ponty, passando por Kant, Hegel e Husserl, colocam a consciência, concebida como capacidade do ser humano de apreender o mundo e a si próprio (autoreflexividade), no centro de seus sistemas filosóficos. Na chamada “virada lingüística”, é precisamente a consciência que é deslocada — no caso dos pós-estruturalistas, pela linguagem, pelo texto e pelo discurso; no caso de Habermas, pela interação e pela intersubjetividade — como centro privilegiado do sentido e da ação. “Teoria do sujeito” e “filosofia da consciência” estão estreitamente interligadas: é com base nos pressupostos da

segunda que a primeira se fundamenta e se desenvolve. Utiliza-se, no mesmo sentido, a expressão “filosofia do *cogito*”.

fonocentrismo Na teorização de Jacques Derrida, representa a tendência da filosofia ocidental a privilegiar a voz, em detrimento da escrita. Nesta tradição, a voz seria privilegiada por, supostamente, coincidir com a consciência e o pensamento.

forclusão Tradução do francês *forclusion* (do verbo *forclo-re*, formado de *fors* = fora e *clore* = fechar), significando, literalmente, “exclusão forçada”, foi introduzido no jargão psicanalítico por Jacques Lacan. Na Psicanálise lacaniana, forclusão é o mecanismo pelo qual sentimentos ou acontecimentos insuportáveis são impedidos de se integrarem ao inconsciente *antes* mesmo de entrarem no domínio simbólico do sujeito. A forclusão pode ser contrastada com o recalque, mecanismo pelo qual sentimentos ou acontecimentos insuportáveis integram-se ao inconsciente do sujeito, mas ao serem rejeitados ou recalcados tornam-se irreconhecíveis ao consciente. Enquanto o recalque está na origem das neuroses, a forclusão está na origem das psicoses. De forma mais geral, em análise textual, pode-se falar de forclusão sempre que se julga — em contraste com elementos que estão apenas implícitos ou dissimulados em um texto, mas ainda assim *presentes* — que certos elementos nem sequer chegaram a entrar no texto, uma vez que as próprias estruturas do sistema textual em questão os tornaram impensáveis. Grafado também como “foraclusão”.

fordismo Característica com a qual se descreve, a partir do modelo da fábrica de automóveis Ford, estabelecida nas primeiras décadas do século XX, a produção em massa e o processo capitalista de trabalho baseado na linha de montagem. O fordismo teria sido substituído, na atual fase do capitalismo, pelo pós-fordismo, caracterizado

por uma produção voltada para um consumo diversificado e por um processo de trabalho flexível e descentralizado.

formação discursiva Na nomenclatura estabelecida por Michel Foucault, no livro *As palavras e as coisas*, o conjunto de enunciados que apresentam uma certa unidade por obedecerem aos mesmos princípios ou às mesmas regras de formação. O termo é utilizado, de forma mais geral, pela chamada “escola francesa de análise do discurso”, num sentido ligeiramente diferente do estabelecido por Foucault, sobretudo por Michel Pêcheux, que reconhece, entretanto, tê-lo tomado de empréstimo daquele autor (PÊCHEUX, 1990, p. 255).

formações Termo definido por Raymond Williams, em *Marxismo e literatura*, para se referir a tendências e movimentos — literários, artísticos, filosóficos ou científicos — que possam ser prontamente identificados pelas produções que os constituem. Neste sentido, as formações são tendências ou movimentos conscientes ou deliberados, mas Williams reconhece que elas podem estar articuladas com formações mais amplas, não tão conscientes nem prontamente identificáveis, que tampouco podem ser identificadas com instituições, significados e valores formais. O termo tem sido amplamente utilizado pelas vertentes dos Estudos Culturais de inspiração marxista. Devidamente adjetivado, o termo foi utilizado também por autores como Louis Althusser (“formações sociais”) e Michel Foucault (“formações discursivas”), para se referir a conjuntos, constelações ou articulações específicas de elementos sociais ou culturais.

fundacionalismo Tendência a teorizar a vida e o mundo social em torno de certos princípios considerados como fundacionais — universais e absolutos.

genealogia Uma das perspectivas de análise de Michel Foucault, na qual a preocupação com as regras de formação discursiva dos diferentes campos de saber, característica de sua fase arqueológica, é deslocada, em favor de uma preocupação com as conexões entre conhecimento e poder.

gênero Conceito central na teoria feminista contemporânea, refere-se — em oposição à dimensão simplesmente biológica do processo de diferenciação sexual — aos aspectos culturais e sociais das relações entre os sexos.

globalização Embora a tendência histórica do capitalismo tenha sido a de funcionar como um sistema mundial, é apenas nos anos 80 do século XX que se começa a utilizar o termo “globalização” para se referir à aceleração e aprofundamento desse processo, sobretudo no contexto da emergência e desenvolvimento das políticas econômicas conhecidas como “neoliberais”. Mais especificamente, o termo “globalização” refere-se, primariamente, aos processos econômicos pelos quais o capital tende a agir globalmente — na criação e desenvolvimento de mercados de bens, no recrutamento de força de trabalho e no fluxo de capitais financeiros. Nesse processo, as instituições políticas do estado-nação tendem a perder o controle sobre a regulação econômica em favor das instituições financeiras internacionais e do poder econômico das grandes corporações industriais e financeiras. De um lado, os defensores do aprofundamento do processo de globalização, em geral identificados com os grupos econômicos que são seus principais beneficiários, tendem a descrevê-lo como inevitável e desejável, ressaltando seus aspectos supostamente

positivos; de outro, os críticos desse processo tendem a questionar sua inevitabilidade bem como a ressaltar seus efeitos perversos, sobretudo aqueles ligados ao aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais tanto entre nações quanto entre as classes e grupos sociais no seu interior. Em outro nível, mas estreitamente relacionado às mudanças econômicas anteriormente descritas, o termo “globalização” refere-se à uniformização e à homogeneização cultural, sobretudo àquelas efetuadas por meio da mídia — televisão, cinema, música, jornais e revistas. Nessa perspectiva, a globalização tenderia a apagar ou a diminuir a diversidade cultural em favor da difusão de uma cultura global que reflete, sobretudo, os gostos, os valores e as características culturais da cultura de massa dos países centrais do capitalismo. Nos termos da crítica cultural, tem-se perguntado se o processo de globalização age para tornar visíveis e possíveis identidades culturais diversas e variadas ou para uniformizá-las e homogeneizá-las.

habitus Na teorização de Pierre Bourdieu, refere-se ao conjunto de disposições internalizadas que estão na origem das ações sociais das pessoas. Com o conceito de *habitus*, Bourdieu quer enfatizar o fato de que aquilo que as pessoas fazem não é inteiramente determinado pela estrutura social, mas tampouco é totalmente livre dos constrangimentos sociais. O *habitus*, efeito da internalização da estrutura social, ao não coincidir totalmente com esta, permite que as pessoas ajam de formas não previsíveis, modificando, por sua vez, aquela estrutura. Com a adoção deste conceito, Bourdieu quer chamar a atenção para o fato de que as ações sociais têm um caráter prático, isto é, elas não obedecem a um cálculo racional e consciente, mas são guiadas por disposições internalizadas que fazem com que as pessoas ajam de forma inconsciente, “sem pensar”.

hegemonia Na teoria política mais geral, significa simplesmente “predomínio político”. Na teoria educacional crítica é utilizado a partir da conceptualização desenvolvida pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, o qual define hegemonia como o processo pelo qual um determinado grupo social garante o domínio político da sociedade. Para Gramsci, este domínio depende da construção de um consenso social, obtido através da construção de categorias culturais que acabam por se transformar em senso comum. Com frequência, contrasta-se o conceito de hegemonia com o de ideologia, privilegiando-se o primeiro por admitir a possibilidade de luta e conflito. É fundamental, na construção da hegemonia de uma determinada classe social, o papel dos intelectuais que, por estarem estreitamente ligados a ela, são chamados de “intelectuais orgânicos”.

hermenêutica Em termos gerais, o significado é de método ou estratégia de interpretação de textos. Referia-se, originalmente, à interpretação teológica de textos bíblicos e à interpretação jurídica de textos legais. Modernamente, a idéia de hermenêutica foi retomada por autores como Friedrich Schleiermacher (no início do século XIX) e Wilhelm Dilthey (no final do século XIX), os quais tentaram construir uma ciência da interpretação que pudesse ser aplicada aos textos em geral. Mais recentemente, Hans George Gadamer é o autor identificado como o principal responsável pelo desenvolvimento da hermenêutica. A questão geral da hermenêutica é a identificação e explicitação do significado de um texto e de quais são as estratégias e fatores que estão envolvidos no ato da interpretação. As discussões centram-se em determinar se a leitura ou interpretação deve se basear na busca das intenções e motivações do autor ou da autora, qual o peso do contexto da época em que o texto foi escrito, em que medida a interpretação depende da história pessoal e social de quem interpreta e qual a relação entre um entendimento global do texto e uma compreensão isolada de suas partes (o "círculo hermenêutico"). No contexto da crítica cultural de influência pós-estruturalista, sobretudo aquela que tem origem na análise literária, a hermenêutica é vista com certa desconfiança, na medida em que a teoria pós-estruturalista tende a centrar-se menos na busca do significado de um texto e mais nos recursos retóricos e expressivos pelos quais um texto tem o efeito que tem. Jonathan Culler (1999, p. 64), por exemplo, contrasta uma perspectiva de análise de texto baseada na idéia de hermenêutica com uma perspectiva baseada na idéia de poética: a hermenêutica pergunta *o quê* um texto significa; a poética pergunta *como* um texto significa.

heteroglossia Na análise do russo Mikhail Bakhtin, a linguagem e o discurso caracterizam-se por sua heteroglossia, isto é, pela convivência e interação de uma ampla gama de variantes e variedades lingüísticas.

hexis Dimensão do *habitus* que, na teorização de Pierre Bourdieu, nomeia aquelas disposições que se manifestam em posturas, movimentos e manifestações corporais. É o *habitus* feito corpo.

hibridismo No contexto da teoria pós-estruturalista e da teoria pós-colonialista, tendência dos grupos e das identidades culturais a se combinarem, resultando em identidades e grupos renovados. Por sua ambigüidade e impureza, o hibridismo é celebrado e estimulado como algo desejável. Está relacionado a termos que, de forma similar, destacam o caráter fluido, instável e impuro da formação da identidade cultural, tais como mestiçagem, sincretismo, tradução e cruzamento de fronteiras.

hiper-realidade Termo associado com a análise da “cultura do simulacro”, feita pelo teórico francês Jean Baudrillard, descreve o fato de que, na cultura e na sociedade contemporâneas, torna-se impossível distinguir entre o original e a cópia, entre o “real” e sua reprodução, entre o genuíno e o falsificado, entre o autêntico e o alterado. Quando a cópia é mais “real” do que a “realidade, estamos, por excelência, no reino ou na ordem da hiper-realidade ou do hiper-real.

humanismo Embora cunhado no início do século XIX por reformadores alemães, no contexto da defesa de um currículo baseado nas chamadas “humanidades” (o estudo das línguas, literaturas e histórias grega e latina), o termo é projetado como tendo origem na recuperação renascentista dos supostos ideais humanistas das civilizações grega e latina. O termo está associado, de qualquer forma, a um deslocamento que põe o homem e não Deus no centro do universo, substituindo a teologia pela antropologia. Iniciando pelas críticas ao humanismo feitas por Nietzsche e por Heidegger, a teoria social contemporânea, de Althusser a Foucault, denuncia o humanismo por seus pressupostos essencialistas e universalistas. Curiosamente, o anti-humanismo da teoria

social estruturalista e pós-estruturalista, estreitamente associado à chamada “morte do sujeito”, teve, até recentemente, poucas implicações nas teorias educacionais crítica e pós-crítica.

identidade cultural No contexto das discussões sobre multiculturalismo e sobre a chamada “política de identidade”, o conjunto de características que distinguem os diferentes grupos sociais e culturais entre si. De acordo com a teoria pós-estruturalista que fundamenta boa parte dos Estudos Culturais contemporâneos, a identidade cultural só pode ser compreendida em sua conexão com a produção da diferença, concebida como um processo social discursivo. “Ser brasileiro” não faz sentido em termos absolutos: depende de um processo de diferenciação lingüística que distingue o significado de “ser brasileiro” do significado de “ser italiano”, de ser “mexicano” etc.

ideologia No sentido mais comum da teorização educacional crítica de orientação neomarxista, designa idéias falsas ou distorcidas por sua ligação com os interesses das classes dominantes na sociedade capitalista. Quando considerada do ponto de vista dos efeitos sobre a consciência, trata-se da concepção da “ideologia como falsa consciência”. A teorização crítica neomarxista adotou, em geral, esta concepção, que coincide com a definição dada pelo filósofo francês Louis Althusser, na primeira parte de seu ensaio “A ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado”, tendo exercido menos influência a definição mais complexa dada pelo mesmo autor na segunda parte deste ensaio: “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”. Por pressupor um confronto com um conhecimento supostamente verdadeiro, o conceito tem sido crescentemente deslocado, na teorização educacional

pós-crítica de inspiração pós-estruturalista, pelo conceito de discurso, menos comprometido com pressupostos realistas.

imaginário Um dos três domínios, categorias ou dimensões, juntamente com o “simbólico” e o “real”, da formação psíquica na teoria psicanalítica de Jacques Lacan. Enquanto o “imaginário” refere-se ao conjunto de *imagens* pré-verbais — visuais e espaciais — que intervêm na constituição do sujeito, o “simbólico” designa o domínio da linguagem nesse processo e o “real” é constituído por aquilo que é impossível de ser representado (por palavras ou imagens). O “imaginário” está ligado, sobretudo, à chamada “fase do espelho”, na qual a criança, ao se contemplar no espelho, tem, imaginariamente, a ilusão de um “eu” inteiro e unificado. O “simbólico” coincide com a resolução do complexo de Édipo, pelo qual o sujeito, ao entrar no domínio da significação, submete-se às regras e proibições sociais representadas pela figura paterna.

indústria cultural Expressão cunhada por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer no livro *Dialética do esclarecimento* (originamente publicado em 1947), para se referir às formas culturais cuja produção, distribuição e consumo, sob as condições do capitalismo avançado, obedecem a lógicas e funções similares às da produção, distribuição e consumo de qualquer outro produto industrial. Na época da publicação inicial daquele livro, Adorno e Horkheimer davam como exemplo, sobretudo, o rádio e o cinema, mas, em escritos posteriores, Adorno, a quem se deve o desenvolvimento do conceito, incluía também, entre outros meios, a televisão, as revistas em quadrinhos e a imprensa “popular”. Ao ser produzida como mercadoria, a cultura, na interpretação desses teóricos, torna-se fetichizada: o consumidor “gosta” de um determinado produto cultural não por causa de suas qualidades estéticas “intrínsecas”, mas precisamente porque ele é considerado sucesso, esquecendo-se, tal como ocorre no processo mais amplo de

fetichização da mercadoria, que ele próprio contribuiu para fabricar esse sucesso, ao pagar por aquele produto. A indústria cultural tende à padronização, entregando ao público consumidor uma grande quantidade de produtos que não apresentam quaisquer diferenças substanciais entre si. Nessa tendência à repetição, os produtos da indústria cultural alimentam o conformismo, a passividade e a alienação do consumidor, eliminando, inversamente, qualquer possibilidade de reflexão, consciência e pensamento autônomos e divergentes. A indústria cultural apenas alimenta o escapismo. A teorização feita por Adorno com base no conceito de “indústria cultural” tem sido criticada, entre outros pontos, por seu pretensão elitismo, ao contrapor a passividade do consumidor, estimulada pelos produtos culturais mercantilizados, à reflexão e à ação autônomas que seriam possibilitadas pela “grande” arte. Sua crítica cultural tem sido questionada também por descartar de forma radical como “ilegítimo” e alienante qualquer prazer proporcionado pelos produtos da indústria cultural. Numa frase significativa, Adorno e Horkheimer afirmam, em *Dialética do esclarecimento*, que “divertir-se significa estar de acordo” (p. 135). Essa perspectiva pode ser contrastada com a daqueles/as analistas pertencentes ao campo dos atuais Estudos Culturais que, no outro extremo, tendem a celebrar os produtos da chamada “cultura popular” (“indústria cultural”, nos termos de Adorno), chegando ao ponto de optarem por analisar apenas aqueles produtos dos quais são fãs.

inscrição Utiliza-se com freqüência na literatura pós-estruturalista o verbo “inscrever”, refletindo a influência da ênfase dada por Jacques Derrida ao caráter material da linguagem, à sua manifestação como significante. Diz-se, por exemplo, que “o gênero está inscrito no corpo”, para destacar a natureza exterior, visível e material das marcas que definem o masculino e o feminino. Os circuitos eletrônicos integrados e o código genético são tomados como exemplos paradigmáticos de “inscrições”. Os dispositivos de inscrição são


centrais também à teorização de Michel Foucault: aqui, técnicas de inscrição, tais como estatísticas, relatórios, perfis populacionais, são fundamentais às estratégias de avaliação e intervenção compreendidas sob a forma de poder que ele chama de “governamentalidade”.

intelectual orgânico Expressão cunhada pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, no contexto do desenvolvimento de sua concepção de hegemonia. Para Gramsci, cada classe social, definida em termos de sua relação com a produção econômica, cria e desenvolve um grupo de intelectuais organicamente ligados a seus interesses e encarregados de garantir seu predomínio econômico, social e cultural. Em outras palavras, cada classe social tem sua própria categoria de “intelectuais orgânicos”, os quais se opõem aos “intelectuais tradicionais”, menos ligados, historicamente, a classes sociais específicas e mais autônomos em relação a elas como tem sido, tradicionalmente, por exemplo, o caso do clero.

interpelação Termo utilizado por Louis Althusser, em conexão com sua definição do conceito de ideologia no ensaio “A ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado”. Para este autor, a ideologia não pode ser separada do ato em que os indivíduos reconhecem-se como sujeitos no exato momento em que são interpelados — ou convocados — como tais.

intertextualidade Na crítica cultural, utiliza-se o termo, sobretudo, no sentido desenvolvido por Julia Kristeva a partir da noção de “dialogismo” de Bakhtin, mencionando-se também a contribuição de Roland Barthes. Na concepção de Kristeva e Barthes, o conceito de “intertextualidade” pretende destacar o fato de que um texto nunca é a expressão de um significado autorial singular nem tem um significado que se origina e se fecha naquele texto particular, de forma isolada, mas só pode ser compreendido na sua relação com a uma variedade de outros textos. O conceito de “intertextualidade” restitui ao texto seu sentido etimológico de trama, de tecido.

justiça curricular Termo cunhado pelo sociólogo austríaco Robert W. Connell para reivindicar, em homologia com uma justiça social, uma “justiça curricular”, isto é, uma situação na qual se tem não apenas um acesso igualitário das crianças e jovens das classes subalternas ao conhecimento dominante, mas, também e principalmente, a inclusão do conhecimento próprio das culturas subalternas no currículo oficial.



legitimação O processo pelo qual as idéias e concepções das classes dominantes sobre o mundo social tornam-se aceitas e consensuais. Na teorização educacional crítica de orientação marxista, para se reproduzir como um todo, a sociedade capitalista exige que as relações de produção sejam não apenas materialmente mas também ideologicamente reproduzidas. Embora a educação, por meio da preparação técnica da força de trabalho necessária, tenha um papel na reprodução das relações materiais de produção, seu papel mais importante está na legitimação da forma capitalista de organização da sociedade.

leitura sintomática Estratégia de leitura, análise ou interpretação de textos (compreendidos de forma ampla) em que se toma o texto como a expressão, o resultado ou o produto — o sintoma — de algum outro fenômeno ou processo exterior a ele. A estratégia da “leitura sintomática” é evidente em muitas interpretações marxistas, nas quais um texto, um documento ou outro fenômeno ou processo cultural é invariavelmente interpretado como o reflexo do estado das relações de produção. Ela é típica também das interpretações psicanalíticas, nas quais o sentido de um texto é sempre procurado fora dele, geralmente nas estruturas inconscientes da formação psíquica. Na análise educacional brasileira dos anos 70, um exemplo típico de “leitura sintomática” é dado pelas interpretações de política educacional e de textos curriculares que remetiam, sempre e invariavelmente, às características do regime militar então vigente. A “leitura sintomática” opõe-se às estratégias de interpretação que levam em consideração, fundamentalmente, as características propriamente

textuais ou discursivas de um determinado produto cultural. A análise da sexualidade feita por Foucault no primeiro volume da *História da sexualidade*, por exemplo, pode ser caracterizada como uma estratégia não-sintomática de leitura.

limiaridade Tradução do inglês *liminality*, derivado de *limen*, limiar. Expressa a situação daquilo que está no limiar, referindo-se em Física, Fisiologia e Psicologia a uma variedade de situações-limite. Na crítica cultural, faz alusão, de forma mais geral, às situações indefinidas, ambíguas, situadas nos limites ou nas fronteiras entre duas outras situações.

logocentrismo Termo utilizado por Jacques Derrida, em sua "crítica da metafísica da presença", para questionar a tendência da filosofia ocidental a privilegiar o *logos*, isto é, a palavra e, por extensão, o significado fixo e determinado ou o conhecimento certo, racional e absoluto.

maskarada Em um artigo publicado em 1929, “Womanliness as a masquerade”, a psicanalista Joan Riviere argumenta que a mulher, embora desejando ser masculina, apresenta-se com uma aparência ou máscara de feminilidade, isto é, sob uma “maskarada” de feminilidade, para esconder sua ansiedade e competição relativamente ao homem, bem como o temor de sofrer sua possível retaliação na medida em que ela só pode se ver como homem ao imaginar o homem como castrado. Na análise cultural feminista, a discussão centra-se na questão de saber se o conceito de maskarada é, ele próprio, machista e patriarcal, ao conceber a feminilidade como o produto necessário do desejo masculino ou do patriarcado ou se ele pode ser recuperado como um instrumento feminista de crítica. Num outro nível, discute-se se o conceito de maskarada aponta para uma essência feminina que se tornaria, então, alienada e falsificada nessa operação de disfarce ou se, contrariamente, o conceito indica que toda identidade ou subjetividade não passa mesmo de aparência ou performance.

mediação Na dialética hegeliana, a transição ou conexão entre uma coisa ou conceito e sua negação não se faz sem mediação ou transição. É fundamental, na análise marxista, descrever, dialeticamente, as múltiplas mediações ou transições entre as diferentes partes que compõem a totalidade da sociedade capitalista. Assim, por exemplo, na teorização educacional crítica de inspiração marxista, não é suficiente afirmar que a estrutura econômica determina a consciência; é necessário, além disso, explicar quais são os outros elementos que se interpõem entre esses dois.

metafísica da presença Termo cunhado por Jacques Derrida, para assinalar a tendência da filosofia ocidental a conceber o significado como “presença” tanto para o significante quanto para a consciência. Para Derrida o significado não é nunca uma “presença”: além de depender de um processo lingüístico de diferenciação, ele está sempre diferido ou adiado.

metáfora Uma das figuras da retórica clássica, é o processo pelo qual um signo é substituído por outro, ao qual transfere seu significado. Em geral, utiliza-se a metáfora para expressar um signo pouco familiar por outro mais familiar ou um signo mais abstrato por outro mais concreto (“italianidade” por “pizza”; “amor” por “coração”).

metanarrativa Na crítica pós-modernista feita pelo filósofo francês Jean-François Lyotard, qualquer sistema teórico ou filosófico com pretensões de fornecer descrições ou explicações abrangentes e totalizantes do mundo ou da vida social. A mesma coisa que “grande narrativa” ou “narrativa mestra”.

método dialógico Método de ensino baseado em relações supostamente mais democráticas e horizontais entre docente e aprendiz. Deriva da teorização de Paulo Freire e, mais recentemente, também da teoria da ação comunicativa do filósofo alemão Jürgen Habermas.

metonímia Uma das figuras da retórica clássica, é o processo pelo qual um signo se expressa por meio de um outro, com o qual, supostamente, mantém algum tipo de associação (todo e parte; causa e efeito; continente e conteúdo; abstrato e concreto; etc.). Embora essa associação seja, em geral, “natural” (empregar a palavra “coroa”, por exemplo, para se referir à “realeza”), ela também pode ser construída, como nos anúncios publicitários em que o cigarro é associado com uma vida de aventura e liberdade (esportes emocionantes; lugares selvagens etc.) ou como nos livros

didáticos em que a figura de uma família branca e de classe média é associada com a “família” em geral.

microfísica do poder Expressão utilizada por Michel Foucault no livro *Vigiar e punir*, para se referir à sua própria forma de análise do poder, na qual, em oposição a outras perspectivas, o poder é concebido não como tendo origem em um centro, mas como estando capilarmente difundido por toda a rede social.

mise en abyme Inicialmente, a expressão é utilizada em heráldica, significando a reprodução sucessiva, em escalas cada vez menores, no centro de um escudo das armas da família, da figura do próprio escudo, o qual é, então, “*mise en abyme*”, “colocado em abismo”. Um exemplo popularmente conhecido é o dos rótulos das latas de fermento Royal. Em teoria literária, o termo é utilizado para descrever uma situação de reduplicação interna como, por exemplo, a de um romance que descreve um romancista que está escrevendo um romance com o mesmo título do primeiro. Mais geralmente, a expressão é utilizada para se referir a um elemento ou a uma unidade narrativa menor, que reproduz, de forma condensada mas análoga, as principais características da narrativa mais ampla da qual é parte. No contexto da teoria da desconstrução de Derrida, a expressão é utilizada para se referir ao processo de infinita regressão do significado que caracteriza o processo de significação.

mito No sentido cotidiano, utiliza-se o termo no sentido de uma crença que tem uma circulação e uma aceitação mais ou menos generalizada, mas que, sob um exame mais rigoroso, não pode ser sustentada, como o “mito da preguiça do índio”, o “mito da cordialidade do brasileiro”, “o mito da super-sexualidade das pessoas negras”, “o mito da passividade sexual feminina”. Nesse sentido, o mito é simplesmente sinônimo de estereótipo, não implicando nenhuma carga teórica mais profunda. Num sentido mais

especializado, o termo refere-se a histórias anônimas, passadas oralmente de geração para geração, que pretendem explicar, de forma alegórica ou figurada, a origem de um povo ou cultura, ou algum outro “enigma” existencial ou social de difícil solução. Na análise cultural, o conceito de mito foi utilizado, sobretudo, pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss e pelo semiólogo Roland Barthes. Para Lévi-Strauss, o mito, no sentido de histórias ou narrativas alegóricas, de caráter heróico ou fantástico, é uma demonstração da complexidade e sofisticação com que todas as culturas e povos expressam, de forma simbólica, sua interação com o mundo natural e social. Por meio da análise estrutural, Lévi-Strauss pretendia demonstrar que, sob a imensa variedade de conteúdos ou mensagens explícitas, os mitos poderiam ser reduzidos, todos, a um conjunto de umas poucas e fundamentais funções estruturais. Nas análises de Barthes, sobretudo no seu livro *Mitologias*, o conceito de mito adquire um sentido mais geral, abrangendo, em parte, o primeiro sentido, o do cotidiano, mencionado acima, bem como o de ideologia. Barthes considera mito toda idéia ou concepção social que se tornou “naturalizada”, isto é, que se tornou aceita como “natural”. A análise de Barthes, nos diversos exemplos desenvolvidos em *Mitologias*, consiste precisamente em “desnaturalizar” o mito, demonstrando sua natureza mundana e social.

modo de endereçamento Tradução do inglês *mode of address*, é utilizado na literatura anglo-saxônica de semiótica do cinema para se referir à relação entre o “sujeito” que supostamente é a fonte de um texto — o “endereço-dor” — e o “sujeito” que supostamente é o seu destinatário — o endereçado. Tanto o endereçador quanto o endereçado são construções semióticas do texto, distinguindo-se, a esse respeito, do emissor e do receptor, isto é, das pessoas reais que, respectivamente, emitem e recebem o texto. Assim, numa propaganda, que diz essencialmente

“você deve consumir o produto x”, o endereçador pode ser o personagem representado pelo ator ou atriz que apresenta o comercial, enquanto o emissor pode ser a pessoa que redigiu o anúncio. Da mesma forma, o endereçador é o “sujeito” construído pelo anúncio como seu provável e imaginado destinatário, enquanto o receptor é qualquer das pessoas que realmente vê o anúncio. Em geral, a análise concentra-se em descrever quem é o “endereçado” no modo de endereçamento de um determinado texto, isto é, qual o sujeito *imaginado* ao qual o texto se dirige, buscando determinar que tipo de “sujeito” é construído pelo texto, ou seja, “quem o texto pensa que você é” ou “quem o texto pensa que você deve ser”. A noção de “modo de endereçamento” está vinculada às noções de “posição de sujeito” e de “interpelação”.

multiculturalismo Movimento que, fundamentalmente, argumenta em favor de um currículo que seja culturalmente inclusivo, incorporando as tradições culturais dos diferentes grupos culturais e sociais. Pode ser visto como o resultado de uma reivindicação de grupos subordinados — como as mulheres, as pessoas negras e as homossexuais, por exemplo — para que os conhecimentos integrantes de suas tradições culturais sejam incluídos nos currículos escolares e universitários. Mais criticamente, entretanto, também pode ser visto como uma estratégia dos grupos dominantes, em países metropolitanos da antiga ordem colonial, para conter e controlar as demandas dos grupos de imigrantes das antigas colônias.

Nova Sociologia da Educação Movimento teórico iniciado na Inglaterra, com a publicação, em 1971, do livro *Knowledge and control*, organizado por Michael Young, que argumentava em favor de uma análise sociológica que problematizasse, de forma crítica, o conhecimento corporificado no currículo, vendo-o como uma construção social.

ocularcentrismo Na análise cultural contemporânea, refere-se ao privilégio concedido, na epistemologia ocidental, ao sentido da visão e do olhar, em detrimento dos outros sentidos. Esse privilegiamento — evidente na utilização generalizada de vocábulos epistemológicos que evocam “visão” ou “luz”, como, por exemplo, “idéia”, “teoria”, “especulação”, “perspectiva”, “iluminar”, “esclarecer” — está na raiz do viés objetificante, distanciado e pouco corporal da ciência e do conhecimento modernos. Em algumas análises feministas, esse ocularcentrismo não pode ser separado do viés masculinista das epistemologias contemporâneas.

oposição binária Relação de oposição entre dois termos. Segundo Jacques Derrida, grande parte do pensamento filosófico ocidental organiza-se em torno de oposições binárias tais como natureza/cultura, escrita/voz, masculino/feminino, nas quais um dos termos é privilegiado relativamente ao outro. É tarefa da desconstrução mostrar que os termos de uma oposição binária são mutuamente dependentes.

orientalismo Campo de estudos que, a partir do Ocidente, focaliza a história e a cultura oriental. Utilizado, de forma crítica, no livro *Orientalismo*, por Edward Said, que argumenta que o Oriente descrito pelo Orientalismo não é alguma coisa que possa ser “objetivamente” reconhecida como tal, tratando-se, na verdade, de uma construção do próprio Orientalismo. Nos Estudos Pós-Colonialistas, a análise de Edward Said é utilizada para caracterizar todas as descrições da alteridade como sendo o resultado de uma construção social.

panoptismo Na análise de Michel Foucault em *Vigiar e punir*, forma de controle e poder que, metaforicamente, segue o princípio do panóptico, dispositivo penitenciário concebido pelo filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham, constituído de um edifício circular, no qual os prisioneiros ficavam permanentemente expostos à vigilância a partir de uma torre central, sendo fundamental o fato de que, por não poderem verificar a presença real dos vigilantes, eles nunca sabiam se estavam efetivamente sendo vigiados ou não.

paradigmático, eixo Ao formar frases *seleccionamos*, dentre uma gama de palavras que podem, potencialmente, ocupar uma dada posição, uma palavra determinada. Depois, *combinamos* essas palavras segundo regras sintáticas específicas. Se tomamos uma frase como, por exemplo, “a árvore é bonita”, podemos pensar em dois eixos imaginários: um vertical, centrado em cada uma das palavras da frase; o outro, horizontal, no sentido da própria frase. Os lingüistas chamam o primeiro eixo de *paradigmático* e o segundo de *sintagmático*. Para a semiótica, qualquer código semiótico (e não apenas a língua) organiza-se em torno desses dois eixos. No primeiro eixo, cada elemento de uma unidade qualquer do código está relacionado a todos os outros elementos que lhe são semanticamente equivalentes e que poderiam, teoricamente, substituí-lo. Nesse eixo, o elemento é visto como um “paradigma”. A operação básica, aqui, é de seleção. No segundo eixo, cada um dos elementos de uma unidade qualquer está relacionado sintaticamente com os outros elementos que a constituem.

Neste caso, cada um desses elementos é um “sintagma”. A operação básica, aqui, é a de combinação. Retomando o exemplo anterior, “a árvore é bonita”: se consideramos essa frase no eixo paradigmático, a palavra “árvore” está relacionada com todas as palavras com as quais poderia, teoricamente, ser substituída: “mesa”, “casa”, “flor” etc. No eixo sintagmático, “árvore” está ligada às outras palavras com as quais guarda, na frase, uma relação sintática: “a”, “é”, “bonita”. Se considerarmos o cardápio de um restaurante como um código, quando escolhemos dentre as várias opções de “entrada”, por exemplo, estamos no eixo paradigmático. Quando combinamos uma “entrada”, um “prato principal” e uma “sobremesa”, estamos no eixo sintagmático. Quando nos vestimos, na escolha de uma camisa, dentre várias, estamos no eixo paradigmático; ao combinar camisa, calça, meia etc., estamos no eixo sintagmático.

pastiche Cópia ou imitação de um objeto supostamente original. A teorização pós-modernista argumenta que no mundo pós-moderno a produção cultural é, em grande parte, feita de pastiches — imitações, cópias e reaproveitamento de materiais e produções prévias. Pode-se observar exemplos de pastiches pós-modernos nas artes plásticas, na arquitetura, na literatura, no cinema, na moda e na cultura popular em geral. Ao mesmo tempo, o pós-modernismo celebra o “pastiche” e defende sua utilização generalizada como uma forma de subversão e transgressão estética.

patriarcado Estrutura de poder social, organizada em torno dos interesses masculinos, que, de acordo com as teorias feministas, tem caracterizado a maior parte das sociedades.

pedagogia crítica Refere-se a uma gama variada de abordagens — desde a “educação libertadora” de Paulo Freire até às várias pedagogias de orientação neomarxista, passando pelas pedagogias de inspiração anarquista — que adotam procedimentos pedagógicos que, de uma forma

ou de outra, expressam uma atitude de questionamento relativamente aos arranjos sociais existentes.

pedagogia cultural Na nomenclatura de analistas como Shirley Steinberg e Henry Giroux, inspirada nos Estudos Culturais, qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvido — em conexão com relações de poder — no processo de transmissão de atitudes e valores, tais como o cinema, a televisão, as revistas, os museus etc.

pedagogia da possibilidade Na análise do educador estadunidense Henry Giroux, uma pedagogia que não se limite a questionar, de forma pessimista, os arranjos sociais existentes, mas que apresente alternativas para a construção de uma sociedade diferente, mais justa e igualitária.

pedagogia histórico-crítica Uma pedagogia que, na argumentação de seu idealizador, o educador brasileiro Dermeval Saviani, tome como ponto de partida o princípio de que a luta contra a opressão e a dominação depende, primariamente, do domínio crítico, por parte das classes dominadas, do conhecimento acadêmico e científico.

pedagogia libertária Pedagogia inspirada nos princípios políticos anarquistas da autogestão. A educação tem um papel central na teoria anarquista, uma vez que a passagem para uma sociedade anarquista depende da aprendizagem de atitudes e valores ligados aos princípios libertários. Embora teóricos anarquistas como Bakunin e Kropotkin tenham escrito sobre educação, deve-se ao anarquista espanhol Francisco Ferrer o desenvolvimento mais completo dos princípios de uma pedagogia libertária, consolidados na sua concepção de *Escola Moderna*, projeto que teve, na época (início do século XX), influência internacional, inclusive no Brasil.

pedagogia queer Pedagogia relacionada à chamada “teoria queer”, movimento político e teórico ligado aos estudos *gays*

e lésbicos. A teoria *queer* amplia a crítica feminista da identidade de gênero e sexual hegemônica (masculina e heterossexual), radicalizando a idéia de que a identidade é sempre instável e precária.

pedagogia racional Termo utilizado por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, no livro *Les héritiers*. Para estes autores, seria *racional* uma pedagogia que reproduzisse, na escolarização das crianças das classes dominadas, as mesmas condições de imersão na cultura dominante vividas — na família — pelas crianças das classes dominantes. Apenas uma pedagogia desse tipo teria alguma possibilidade de compensar as desvantagens culturais das crianças das classes dominadas.

performatividade O conceito tem origem na distinção feita por J. L. Austin entre enunciados constataivos (ou descritivos) e enunciados performativos. Um enunciado constataivo descreve um fato ou situação, podendo ser julgado como verdadeiro ou falso: “João gosta de Maria”. Um enunciado performativo — o termo advém da expressão “*perform an action*”, “realizar uma ação” — *faz* alguma coisa acontecer, podendo ser julgado como bem-sucedido ou mal-sucedido: “Eu vos declaro marido e mulher”. Tal como destacado pelo próprio Austin, os enunciados constataivos também podem, sob certas circunstâncias, atuar como performativos: uma declaração de fato (“João é pouco inteligente”) pode acabar produzindo o “fato” que supostamente apenas descreve (João se “torna” pouco inteligente). Jacques Derrida, discutindo a teorização de Austin, argumenta que o que caracteriza os atos de linguagem é sua “citacionalidade”: a possibilidade de que eles sejam iterados, citados ou repetidos independentemente da presença de quem originalmente os emitiu ou recebeu. A teórica feminista *queer*, Judith Butler, combinando as contribuições desses dois autores, argumenta que a identidade de gênero e a identidade sexual

são produzidas por meio de repetidos enunciados performativos. Em outras palavras, a identidade cultural em geral é uma questão de performatividade. Em um outro registro do conceito de performatividade, argumenta-se que a identidade sexual e de gênero é resultado de uma encenação semelhante à teatral, advindo daí o conceito de “mascarada”. Finalmente, Jean-François Lyotard, em *O pós-moderno*, afirma que, em contraste com a era anterior, em que as narrativas científicas tinham sua legitimidade julgada de acordo com critérios de verdade, na era pós-moderna elas são julgadas de acordo com critérios de performatividade. Neste caso, performatividade significa “eficácia” ou “rentabilidade”.

poder Conceito central na Sociologia Crítica da Educação e na Teoria Educacional Crítica, é concebido de forma diferente nas diferentes perspectivas críticas. Na teorização neomarxista, o poder, na sociedade capitalista, está centralizado nas instituições do Estado, tendo um *status* derivado relativamente às relações sociais de produção. Na teorização de Pierre Bourdieu, o poder está relacionado à luta pelas diversas modalidades de capital (econômico, social, cultural) nos diversos campos sociais. Nas análises pós-estruturalistas inspiradas em Foucault, o poder é concebido como descentralizado, horizontal e difuso.

poder-saber Expressão cunhada por Michel Foucault, no livro *Vigiar e punir*, para enfatizar sua compreensão de que saber e poder não constituem elementos opostos, como, por exemplo, em certas perspectivas marxistas, mas se implicam mutuamente: não existe relação de poder sem a constituição de um campo correlato de saber, assim como não existe saber que não pressuponha e constitua relações de poder.

polifonia Na análise de Mikhail Bakhtin, o romance de Dostoiévski caracteriza-se pela liberdade e independência concedidas às diferentes vozes e personagens, formando

uma harmonia constituída pela interação de uma pluralidade de perspectivas e pontos de vista diferentes e divergentes — uma polifonia.

política de identidade Conjunto das atividades políticas centradas em torno da reivindicação de reconhecimento da identidade de grupos considerados subordinados relativamente às identidades hegemônicas.

PoMo Utilizado, em geral de forma irônica, na literatura de língua inglesa e espanhola, como abreviatura de “pós-modernismo” ou “pós-modernista”.

populismo Na análise política, utilizado para descrever aqueles movimentos políticos que, pretendendo falar em nome do “povo” e agindo, supostamente, contra os interesses das elites e das instituições políticas tradicionais, governam apelando para o apoio das grandes “massas”. Na crítica cultural, utiliza-se o termo para se referir à tendência de algumas análises a se mostrarem demasiadamente celebratórias e complacentes para com os produtos da chamada “cultura popular” ou “cultura de massa”.

pós-colonialismo Movimento teórico que tem como objetivo analisar o complexo das relações de poder entre as diferentes nações que compõem a herança econômica, política e cultural da conquista colonial européia. A análise pós-colonialista concentra-se, particularmente, na literatura metropolitana, para examinar as relações de poder envolvidas no processo de construção da alteridade dos diferentes povos colonizados. De forma similar, analisa-se também a literatura dos países anteriormente colonizados para examinar as formas de autoconstrução da identidade dos respectivos povos.

pós-estruturalismo Termo abrangente, cunhado para nomear uma série de análises e teorias que ampliam e, ao mesmo tempo, modificam certos pressupostos e procedimentos da análise estruturalista. Particularmente, a teorização

pós-estruturalista mantém a ênfase estruturalista nos processos lingüísticos e discursivos, mas também desloca a preocupação estruturalista com estruturas e processos fixos e rígidos de significação. Para a teorização pós-estruturalista, o processo de significação é incerto, indeterminado e instável. De uma outra perspectiva, o pós-estruturalismo apresenta-se também como uma reação tanto à fenomenologia quanto à dialética. Citam-se, freqüentemente, Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze como sendo teóricos pós-estruturalistas.

posição-de-sujeito Na crítica pós-estruturalista do “sujeito”, notadamente a partir da análise de Foucault (1986, p. 59) em *A arqueologia do saber*, o termo expressa o argumento de que não existe um “sujeito” originário, transcendental, pré-social e pré-discursivo: cada discurso põe o “sujeito” numa determinada posição. Na medida em que o “sujeito” é pensado como correspondendo a discursos que podem ser diversos e contraditórios, o conceito de “posição-de-sujeito” permite conceber a subjetividade como construída, contraditória e fragmentada. “A subjetividade — tal como a identidade — é, assim, uma matriz de posições-de-sujeito, que podem ser inconsistentes ou até mesmo contraditórias entre si. A subjetividade é, pois, lingüística e discursivamente construída e deslocada ao longo da gama de discursos nos quais os indivíduos concretos participam” (BELSEY, 1991, p. 597).

pós-modernismo Movimento nas artes, na arquitetura, na teoria social e na filosofia ligado à idéia de que várias transformações culturais e sociais permitem descrever o presente período histórico como suficientemente diferente do período conhecido como Modernidade para poder ser caracterizado como uma nova época histórica — a Pós-Modernidade. Entre as características que distinguiriam a Pós-Modernidade da Modernidade apontam-se, entre outras: incredulidade relativamente às metanarrativas;

deslegitimação de fontes tradicionais e autorizadas de conhecimento, como a ciência, por exemplo; descrédito relativamente a significados universalizantes e transcendentais; crise da representação e predomínio dos “simulacros”; fragmentação e descentramento das identidades culturais e sociais. O Pós-Modernismo também pode ser visto como uma perspectiva teórica ligada a práticas textuais, teóricas e sociais tais como a ironia, o pastiche, o cruzamento de fronteiras culturais e identitárias, preferência pela mistura e pelo hibridismo; a celebração da contingência e da provisoriedade; a tolerância para com a indeterminação e a incerteza.

práxis Uma das categorias centrais do marxismo, no qual recebe, entretanto, variadas interpretações. Basicamente, práxis significa toda atividade histórica e social, livre e criativa, através da qual o ser humano modifica a si próprio e ao mundo.

raça Grupo humano que supostamente se distinguiria de outros por apresentar características físicas, biológicas ou genéticas homogêneas. Historicamente, o termo tem origem, no século XIX, nas práticas coloniais de caracterização dos povos colonizados como geneticamente inferiores. Apesar de amplamente questionado, o conceito — concebido como construto social e não como um dado biológico “objetivo” — é criticamente utilizado na teorização social contemporânea, ao lado do de gênero, para ampliar a análise do processo de dominação social proporcionado pelo conceito de classe social. Neste caso, o termo é frequentemente grafado entre aspas (“raça”) justamente para enfatizar seu caráter de construção social e discursiva.

racismo Tendência a considerar como inferiores pessoas e grupos humanos com características físicas e culturais diferentes daquelas do grupo ao qual se pertence. Na teorização pós-estruturalista, utilizada nos Estudos Culturais, o racismo é concebido como o resultado de um processo lingüístico e discursivo de construção da diferença.

razão instrumental Na crítica da sociedade, feita por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, o tipo de lógica ou justificação — dominante na sociedade capitalista contemporânea — que se concentra em encontrar e aplicar os meios mais eficientes para se obter determinados fins, os quais são simplesmente aceitos sem questionamento. Opõe-se a um tipo de razão — “objetiva” — na qual a discussão e o questionamento dos fins têm prioridade relativamente à aplicação dos meios para obtê-los. Na crítica educacional,

identifica-se a razão instrumental com as perspectivas educacionais conhecidas como “tecnicistas”, nas quais a aplicação de regras ou procedimentos técnicos tem precedência sobre a discussão dos fins educacionais. Um exemplo mais recente de razão instrumental é dado pela lógica adotada nas reformas educacionais neoliberais.

real Ver “imaginário”.

regime de verdade Expressão cunhada por Michel Foucault, para quem “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 1985, p. 12).

regimes escópicos Na análise cultural, refere-se aos diferentes modos de ver e olhar, predominantes nas diferentes épocas. Nessa análise, a visão não é, nunca, um objeto “natural”, mas o resultado de processos sociais e culturais que determinam quais são, em uma determinada época, as maneiras corretas e apropriadas de ver e olhar. Para acentuar o caráter social e cultural do olhar, prefere-se falar em “visualidade” em vez de “visão”. Utiliza-se também a expressão sinônima “regimes de visualidade”.

regulação Termo utilizado, no sentido de controle ou governo da conduta por meio de regras, provavelmente por influência do termo equivalente em inglês, *regulation*. Na crítica educacional, é empregado sobretudo em análises inspiradas em Michel Foucault, em conexão com sua investigação do poder disciplinar.

reificação Processo pelo qual características, ações e relações humanas e sociais são tratadas como se fossem coisas,

sendo imaginadas como tendo existência independente dos seres humanos e sociais que as criaram. Na análise de Marx, em *O Capital*, o “fetichismo da mercadoria” — o processo pelo qual as relações sociais de produção do capitalismo aparecem na mercadoria como coisa — representa um tipo de reificação ou coisificação.

relativismo No contexto da análise cultural, refere-se à perspectiva antropológica segundo a qual não existe nenhum critério absoluto pelo qual se possa efetuar uma hierarquização dos diferentes grupos culturais. No contexto da polêmica entre modernismo e pós-modernismo, refere-se à concepção — supostamente pós-modernista — segundo a qual não existem normas ou critérios absolutos ou universais que possam servir de referência para se decidir entre ações sociais alternativas. Embora seja comum opor-se “relativismo” a “universalismo”, seria mais correto opô-lo a “absolutismo”: o contrário de “relativo” não é “universal”, mas “absoluto”.

representação Conceito central em campos como a Filosofia e a Psicologia Social, nos quais tem conotações bastante diferentes. Na análise cultural mais recente, refere-se às formas textuais e visuais através das quais se descrevem os diferentes grupos culturais e suas características. No contexto dos Estudos Culturais, a análise da representação concentra-se em sua expressão material como “significante”: um texto, uma pintura, um filme, uma fotografia. Pesquisam-se aqui, sobretudo, as conexões entre identidade cultural e representação, com base no pressuposto de que não existe identidade fora da representação.

reprodução cultural Processo pelo qual as relações de subordinação das culturas dominadas à cultura dominante se perpetuam ao longo do tempo. Para a teorização educacional crítica, a escola, ao tomar a cultura dominante como um pressuposto, tem um importante papel neste processo. O termo, de ampla utilização na teoria educacional

crítica, foi utilizado de maneira particular por Basil Bernstein e Pierre Bourdieu.

reprodução social Processo pelo qual são perpetuadas, ao longo do tempo, as relações de dominação entre os vários grupos sociais. Na teorização marxista, essas relações se dão entre classe sociais, definidas por sua situação relativamente à propriedade dos meios de produção. O conceito é central na teoria educacional crítica porque argumenta-se que a educação tem um importante papel no processo de reprodução social. É sobretudo através da reprodução das posições das diferentes classes sociais frente à cultura dominante — isto é, do processo de reprodução cultural — que a educação contribui para o processo de reprodução social.

resistência Na teoria educacional crítica, o conceito desenvolveu-se em reação ao suposto determinismo das teorias da reprodução e à visão passiva da ação humana e social que elas supostamente implicavam, ganhando impulso com a publicação do livro de Paul Willis, *Aprendendo a ser trabalhador*, no qual ele analisava as estratégias de resistência à escola, desenvolvidas por um grupo de adolescentes ingleses de classe operária. Mais recentemente, algumas análises têm-se voltado para a concepção de resistência oferecida por Michel Foucault, para quem o poder implica, sempre, resistência.

rizoma Tomando de empréstimo da Botânica a descrição do rizoma como um caule horizontal, geralmente subterrâneo, cujas raízes se espalham de forma aparentemente desordenada e caótica, Gilles Deleuze e Félix Guattari, no livro *Mil platôs*, utilizam o termo para descrever uma forma não-hierárquica, não-estrutural, não-centrada e não-linear de organização, pensamento ou escrita, em contraste com a forma hierárquica, estrutural, centrada e linear dos modelos baseados na figura da árvore.

semiologia Ver “estruturalismo”.

senso comum Em análises inspiradas na teorização de Antonio Gramsci, o conjunto de pressupostos que fazem parte das visões de mundo pouco organizadas, contraditórias e fragmentadas de qualquer sociedade. Num sentido ampliado, o conjunto dos pressupostos sociais que são aceitos sem questionamento.

sexismo Tendência a inferiorizar as mulheres. O sexismo manifesta-se tanto em práticas institucionais e sociais de discriminação das mulheres quanto em práticas discursivas que expressam visões que tendem a inferiorizá-las.

significação, processo de O processo social através do qual se produzem significados. Trata-se de um conceito central nos Estudos Culturais de inspiração pós-estruturalista, na medida em que a cultura é concebida essencialmente como um campo de luta em torno da produção de significados.

significado transcendental Na crítica de Jacques Derrida, a Metafísica ocidental caracteriza-se pela ânsia por um centro ou presença central — um significado transcendental — que não pode ser substituído por nenhum outro, o qual constituiria a fonte última do significado e ao qual todos os outros deveriam tomar como referência: Deus, Espírito, Idéia, Sujeito, Eu, Democracia, Pátria, Falo. Numa crítica educacional inspirada em Derrida, poderíamos dizer que a educação tem-se caracterizado pela busca de significados transcendentais tais como Emancipação, Libertação, Participação, Comunidade, Autonomia.

significante flutuante Na concepção pós-estruturalista, não é possível fixar de forma definida e definitiva a relação entre um significado e seu significante, isto é, entre um significado e sua representação gráfica ou fonética. Vivemos, no processo de significação e, em última análise, na vida social em geral, em meio a um mundo de “significantes flutuantes”.

signo Em termos gerais, algo que está no lugar de outra coisa, à qual, então, ele se refere e representa. Na nomenclatura introduzida por Ferdinand de Saussure, o signo é constituído pela associação de um conceito — o significado — com sua “imagem acústica” ou representação fonética — o significante. Uma característica importante do signo, para Saussure, é que ele é arbitrário, ou seja, não existe nenhuma relação intrínseca entre significado e significante.

simbólico Ver “imaginário”.

simulacro Na análise de Jean Baudrillard, com a proliferação de imagens que caracteriza o cenário cultural contemporâneo, os signos não remetem mais a referentes “reais”, mas simplesmente a outros signos — representações de representações ou simulacros: vivemos no reino da hiper-realidade. O conceito de “simulacro” é analisado também por Gilles Deleuze, em seu questionamento das distinções platônicas entre, de um lado, cópia e original e, de outro, cópia e simulacro (no sentido de cópia má, imprópria ou ilegítima). No contexto da crítica do conceito de “representação”, compreendida, aqui, como reprodução “fiel” da realidade ou de formas ideais, Deleuze, na tentativa de desfazer as distinções platônicas, concede um *status* positivo ao “simulacro”, afirmando que não existem senão simulacros.

sintagmático, eixo Ver “paradigmático, eixo”.

sobredeterminação Termo tomado de empréstimo, por Louis Althusser, da psicanálise freudiana, na qual é utilizado para enfatizar o fato de que as formações inconscientes são o

resultado de um conjunto múltiplo e complexo de fatores mutuamente determinantes. Na teorização althusseriana, utilizado para marcar o fato de que o social não é o resultado de uma contradição econômica unificada e subjacente, mas de um complexo processo de determinação no qual cada uma das contradições está relacionada de forma mútua às outras contradições. O conceito de “sobredeterminação” permite explicar os fenômenos através de uma lógica que os atribui a “isto e aquilo” e não a “isto ou aquilo”. Na crítica educacional, argumenta-se que a educação é o resultado de um processo de sobredeterminação, ou seja, a educação não é direta, mecânica e exclusivamente determinada pela economia: ela é o resultado de uma interação de fatores e contradições que não se excluem mutuamente.

subcultura Termo empregado, inicialmente, na Sociologia, para se referir aos valores, atitudes e comportamentos de grupos considerados desviantes ou delinquentes, foi amplamente utilizado, posteriormente, nas pesquisas dos Estudos Culturais do grupo da Universidade de Birmingham para descrever os estilos culturais de grupos juvenis urbanos, sobretudo aqueles ligados às diferentes formas de contestação cultural, como o rock ou as motocicletas, por exemplo. O termo adquiriu, posteriormente, um sentido mais amplo, passando a se referir a qualquer subgrupo no interior da cultura dominante de um país cujos traços culturais são suficientemente distintos para caracterizá-lo como constituindo, de alguma forma, uma “subcultura”, tais como os grupos étnicos, raciais ou sexuais.

subjetividade Termo amplamente utilizado na teorização social contemporânea, com múltiplas conotações. É com frequência tomado simplesmente como sinônimo de “sujeito”. Neste sentido, pode-se aplicar ao conceito de “subjetividade” todos os questionamentos que são feitos ao conceito de “sujeito”. Em termos gerais, refere-se às propriedades e aos elementos que caracterizariam o ser humano como

“sujeito”. Num certo registro, “subjetividade” opõe-se àqueles elementos que, no ser humano, se distinguem do que é caracteristicamente social, carregando as conotações de interioridade e essencialidade associadas à etimologia da palavra “sujeito” — *sub-jectum*, “substância que está sob, subjacente”.

sujeito Na tradição da Filosofia ocidental, que culmina — com Descartes e Kant — na chamada “filosofia da consciência”, o conceito de “sujeito” é utilizado para expressar a idéia de que o ser humano é constituído de um núcleo autônomo, racional, consciente e unificado no qual se localiza a origem e o centro da ação. De perspectivas variadas, Marx, Nietzsche, Heidegger e Freud efetuaram a crítica desta “teoria do sujeito”. Mais recentemente, esta noção de “sujeito” foi radicalmente questionada por Jacques Lacan, Jacques Derrida e Michel Foucault, entre outros. Na crítica pós-estruturalista de Michel Foucault, por exemplo, o “sujeito” não passa de um efeito do discurso e do poder. É no contexto desse questionamento que se fala na “morte do sujeito”. Na crítica educacional, o questionamento pós-estruturalista do “sujeito” é utilizado para problematizar o “sujeito” centrado, racional e autônomo que está no núcleo tanto das pedagogias tradicionais — como a educação humanista, por exemplo — quanto das pedagogias críticas — como a educação libertadora, por exemplo.

superestrutura Parte da metáfora “base e superestrutura”, utilizada por Marx e Engels para assinalar a idéia de que a base ou a estrutura econômica da sociedade determina sua superestrutura — a política, a cultura, o Estado, a consciência, a ideologia.

sutura Em cirurgia médica, a costura de dois tecidos adjacentes que sofreram alguma ruptura. O termo foi utilizado pelo psicanalista lacaniano Jacques Alain-Miller para se referir ao processo psíquico pelo qual o sujeito “sutura”

seu "eu" ao meio exterior e social da linguagem e da significação para construir uma imagem de si, às custas da alienação dos desejos e impulsos inconscientes que não podem ser expressos por meio da linguagem. Na teoria do cinema, o termo é empregado, por autores como Jean-Pierre Oudart e Stephen Heath, para se referir ao processo pelo qual o espectador ou a espectadora constrói sua subjetividade ou identidade em interação com o texto fílmico.

taylorismo Forma de organização do processo de trabalho que segue os princípios da administração científica do engenheiro estadunidense Frederick W. Taylor. De acordo com Taylor, as tarefas de cada processo de trabalho deveriam ser detalhada e precisamente analisadas para se determinar a seqüência, o ritmo e a duração em que poderiam ser mais eficazmente realizadas. As críticas marxistas vêem o taylorismo como uma forma capitalista de controle do processo de trabalho. Em certas perspectivas neomarxistas de crítica educacional, argumenta-se que a própria escola capitalista está organizada em termos tayloristas.

teoria crítica Em sentido amplo, qualquer perspectiva teórica centrada no questionamento das formas de conhecimento que supostamente apresentam-se como falsas ou distorcidas por sua vinculação com formas de dominação e poder: a análise marxista, baseada no conceito de ideologia, é o exemplo paradigmático de "teoria crítica". O conceito de "crítica", no sentido moderno, tem origem no projeto iluminista e recebe sua formulação mais explícita na filosofia de Immanuel Kant: a "crítica" como questionamento e análise das condições que impedem um conhecimento autônomo e racional. Em sentido estrito, descreve-se como "Teoria Crítica" a perspectiva teórica desenvolvida pelos membros da chamada Escola de Frankfurt, entre os quais Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse. Em termos gerais, o projeto crítico frankfurtiano centrava-se na análise dos mecanismos pelos quais a sociedade capitalista contemporânea tende a ampliar suas formas de dominação cultural e ideológica.

teoria educacional crítica Conjunto das perspectivas teóricas e analíticas que se centram no questionamento do papel que a escola, o currículo e a pedagogia exercem na produção e reprodução de formas de dominação, com ênfase na dominação de classe. Sua gênese pode ser localizada nas críticas à ideologia educacional liberal e à escola capitalista, desenvolvidas no final dos anos 60 e início dos anos 70, por autores como Paulo Freire, Louis Althusser, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, Samuel Bowles e Herbert Gintis, entre outros. Foram importantes, no desenvolvimento desta crítica, conceitos tais como os de ideologia, aparelhos ideológicos de Estado, reprodução cultural, reprodução social, capital cultural, currículo oculto.

teoria educacional pós-crítica Conjunto das perspectivas teóricas e analíticas que, embora retendo o impulso crítico da “teoria educacional crítica”, coloca em questão, a partir sobretudo da influência do pós-estruturalismo e do pós-modernismo, alguns de seus pressupostos. A teoria pós-crítica questiona, por exemplo, um dos conceitos centrais da teoria crítica, o de ideologia, por seu comprometimento com noções realistas de verdade. Da mesma forma, seguindo Michel Foucault, a teoria pós-crítica distancia-se do conceito polarizado de poder da teoria crítica. Ela coloca em dúvida, ainda, as noções de emancipação e libertação, tão caras à teoria crítica, por seus pressupostos essencialistas.

teoria *queer* Ver “pedagogia *queer*”.

texto Em termos gerais, qualquer conjunto de signos dotado de algum sentido. O conceito adquiriu centralidade com a importância dada à linguagem pelas perspectivas pós-estruturalistas, sobretudo com a afirmação de Derrida, em *A gramatologia*, de que “não há fora-do-texto”. Confunde-se frequentemente com o conceito de “discurso”, o que tem levado a tentativas de fornecer definições

que distingam os dois termos — em última análise, entretanto, esta distinção dependerá do contexto específico em que serão utilizados. Tal como ocorre na teorização social mais ampla, também nas análises educacionais considera-se como “texto” uma gama ampla e diversificada de artefatos lingüísticos: um livro didático, uma lei educacional, um guia curricular, uma fotografia, uma ilustração, um filme, uma intervenção oral — docente ou discente — em sala de aula.

tópica Na terminologia psicanalítica, refere-se aos sucessivos estágios de teorização do processo de formação psíquica. A psique é originariamente representada na teoria freudiana, por meio de instâncias concebidas como distribuídas de forma espacial (*topos* = lugar). Assim, na chamada “primeira tópica” de Freud, essas instâncias são o inconsciente, o pré-consciente e o consciente. Na “segunda tópica”, o “isso”, o “eu” e o “supereu”. Constitui também uma tópica a categorização lacaniana formada pelos domínios do “imaginário”, do “simbólico” e do “real”.

totalidade Na modificação marxiana da dialética hegeliana, nenhum fenômeno ou processo social pode ser compreendido fora de suas relações com a totalidade do processo social, concebido como um todo estrutural e histórico: as partes são dialeticamente sobredeterminadas pela totalidade social.

trabalho como princípio educativo Na análise de Gramsci, a escola primária italiana, anterior à reforma educacional do primeiro governo fascista de 1922, estava baseada em dois princípios de formação educacional que ele descreve de forma aprovadora: ela ensinava os rudimentos das ciências naturais e a idéia de direitos e deveres civis. O primeiro princípio estava ligado ao domínio, por parte do ser humano, das leis da natureza, ou seja, estava ligado ao trabalho, concebido, de forma marxista, como transformação da natureza e da vida social. Uma parte importante da literatura educacional

crítica brasileira, sobretudo aquela vinculada à análise das relações entre educação e trabalho, tem adotado a idéia gramsciana do “trabalho como princípio educativo”, com um duplo significado: 1) o trabalho deve servir de princípio organizador do sistema educacional; 2) o trabalho deve estar na base do esforço formativo do currículo e da pedagogia.

utopia No sentido consagrado pelo escritor inglês Thomas Morus, no livro *Utopia*, publicado em 1516, é o lugar imaginário no qual se realiza o ideal de uma sociedade perfeita. Na literatura educacional crítica, sobretudo aquela de orientação marxista, certas tendências consideram importante combinar uma crítica dos presentes arranjos sociais com a visão utópica de uma sociedade alternativa, na qual se realizaria o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária.

violência simbólica Na análise de Pierre Bourdieu, o ato pelo qual os grupos dominantes impõem — como se fosse universal — sua cultura particular sobre os grupos dominados, ocultando que na origem desta imposição está um ato de força, ou seja, de violência propriamente dita. A escola, ao transmitir a cultura dominante, sem tornar explícito o processo pelo qual a cultura dominante passa a ser definida como *a* cultura, está envolvida numa ação de violência simbólica.

virada lingüística Na análise pós-estruturalista, o momento no qual o discurso e a linguagem passaram a ser considerados como centrais na teorização social. Com a chamada “virada lingüística” ganha importância a idéia de que os elementos da vida social são discursiva e lingüísticamente construídos. Noções como as de “verdade”, “identidade” e “sujeito” passam a ser vistas como dependentes dos recursos retóricos pelos quais elas são construídas, sem correspondência com objetos que supostamente teriam uma existência externa e independente de sua representação lingüística e discursiva.

VOZ Em certas perspectivas educacionais críticas, utilizado em conexão com o argumento de que se deve dar às pessoas dos grupos subordinados ampla oportunidade de expressarem suas opiniões e pontos de vista, isto é, de expressarem sua “voz”.

Outros glossários e dicionários de Teoria Cultural

Não são muitos os glossários e dicionários especializados em teoria social e cultural. Entre aqueles aos quais tive acesso, menciono os seguintes:

ANDERMAHR, Sonya; LOVELL, Terry e WOLKOWITZ, Carol. *A concise glossary of feminist theory*. Londres: Arnold, 1997.

ANGENOT, Marc. *Glossário da crítica contemporânea*. Lisboa: Comunicação, 1984.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth e TIFFIN, Helen. *Key concepts in post-colonial studies*. Londres: Routledge, 1998.

BEILHARZ, Peter. *A guide to central thinkers in social theory*. North Sydney: Allen and Unwin, 1991.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio: Jorge Zahar, 1988.

BROOKER, Peter. *A concise glossary of cultural theory*. Londres: Arnold, 1999.

CASHMORE, Ellis e ROJEK, Chris. *Dictionary of cultural theorists*. Londres: Arnold, 1999.

CHILDERS, Joseph e HENTZI, Gary. *Columbia dictionary of modern literary and cultural criticism*. Nova York: Columbia University Press, 1995.

EDGAR, Andrew e SEDGWICK, Peter. *Key concepts in cultural theory*. Londres: Routledge, 1999.

LECHTE, John. *Fifty key contemporary thinkers*. Londres: Routledge, 1994.

LENTRICCHIA, Frank e MCLAUGHLIN, Thomas. *Critical terms for literary study*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

NELSON, Robert S. e SHIFF, Richard. *Critical terms for art history*. Chicago: The Chicago of University Press, 1996.

- O'SULLIVAN, Tim et alii. *Key concepts in communication and cultural studies*. Londres: Routledge, 1994. (Existe tradução para o espanhol).
- PAYNE, Michael. *A dictionary of cultural and critical theory*. Oxford: Blackwell, 1997.
- SANTIAGO, Silvano (org.). *Glossário de Derrida*. Rio: Francisco Alves, 1976.
- STAM, Robert; BURGOYNE, Robert e FLITTERMAN-LEWIS, Sandy. *New vocabularies in film semiotics. Structuralism, post-structuralism and beyond*. Londres: Routledge, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *Keywords. A vocabulary of culture and society*. Nova York: Oxford University Press, 1976.

Glossários e dicionários de Teoria Cultural na Internet

Na Internet, podem ser encontrados, entre outros, os seguintes glossários e dicionários:

A glossary of world cultures: <http://www.wsu.edu:8000/~dee/GLOSSARY/GLOSSARY.HTM>

Basic theoretical, philosophical, and anthropological terminology: <http://www.uh.edu/~anth27/spr99/keyterms99.html>

Cultural studies vocabulary: <http://kali.murdoch.edu.au/~mchoul/cs-vocab.html>

Dicionário de termos de Foucault: <http://www.california.com/~rathbone/foucau10.htm>

Dictionary of philosophical "isms": http://www.cthonia.com/lyceum/philos_isms/index.html

Dictionary of political and economical "isms": http://www.cthonia.com/economic_isms/

Enciclopédia de filosofia da educação: <http://www.educacao.pro.br/>

Glossário de comunicação: <http://www.ndirect.co.uk/~cultsock/MUHome/chtml/intro5.html>

Glossário de Filosofia: <http://werple.net.au/~andy/glossary.htm>

Glossário de Filosofia 2: <http://www.hyponoesis.org/GLOSSARY.HTML>

Glossário de Filosofia 3: http://www.southwestcc.org/education/glossery_of_terms.htm

Glossário de Habermas: <http://www.geocities.com/Athens/Forum/2234/gloss.htm>

Glossário de Hegel I: <http://www.ets.uidaho.edu/mickelsen/texts/Hegel%20Glossary.htm>

Glossário de Hegel II: <http://home.mira.net/~andy/glossary.htm>

Glossário de Hegel III: <http://home.mira.net/~andy/hints.htm>

Glossário de Lingüística: <http://www.sil.org/linguistics/glossary/>

Glossário de teoria crítica e cultural: <http://carmen.artsci.washington.edu/panop/compindex.htm>

Glossário de Teoria Crítica: <http://www.geocities.com/~crit-theory/terms.html>

Glossário de Termos Críticos: <http://www.iup.edu/en/lit/fac/mh/words.html>

Glossary of philosophical terms: <http://www.blackwellpublishers.co.uk/philos/philglos.htm>

Glossary of postmodern terms: <http://www.geocities.com/SoHo/Lofts/4576/glossary.html>

In other words: a lexicon of the Humanities: <http://www.sil.org/www/humanities/>

Internet encyclopedia of philosophy: <http://www.utm.edu/research/iep/>

Termos e definições de Teoria Social: <http://www.sou.edu/English/IDTC/Terms/terms.htm>

Words of art: <http://www.arts.ouc.bc.ca/fina/glossary/>

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio: Jorge Zahar, 1985.
- BARTHES, Roland. "La mort de l'auteur". *Manteia*, n. 5, 1969, p. 12-17.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1982.
- BELSEY, Catherine. "Constructing the subject: deconstructing the text". In: WRAHOL, R. e PRICE, D. (orgs.). *Feminisms*. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1991.
- BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução". In *Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 3-28.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *Les héritiers. Les étudiants et la culture*. Paris: Minuit, 1964.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária. Uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1966.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v. 1, 1995.
- DERRIDA, Jacques. *Positions*. Paris: Minuit, 1972.
- DERRIDA, Jacques. *La dissémination*. Paris: Seuil, 1972.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectivas, 1973.
- DERRIDA, Jacques. *As margens da filosofia*. Porto: Rés, s. d.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio: Graal, 1985. 5. ed.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A vontade de saber*. Rio: Graal, v. I, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio: Forense-Universitária, 2. ed.,1986.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, v.3, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HARAWAY, Donna. "Manifesto em favor dos ciborgues". In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Antropologia do ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, no prelo.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papirus, 1989.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio: José Olympio, 1986.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- PÊCHEUX, Michel. *L'inquiétude du discours*. Paris: Cendres, 1990.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PRATT, M. L. *Imperial eyes. Travel writing and transculturation*. Londres: Routledge, 1992. (*Olhos do império*. São Paulo: EDUSC, 1999).
- RIVIERE, Joan. "Womanliness as a masquerade". In: BURGIN, Victor, DONALD, James, KAPLAN, Cora (orgs.). *Formations of fantasy*. Londres: Methuen, 1986, p. 35-44. (Originalmente publicado em *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 10, 1929).
- SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação. Estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio: Zahar, 1979.
- WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador. Escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- YOUNG, Michael. *Knowledge and control*. Londres: Macmillan, 1971.

Lista dos termos

Abjeto	13
Ação comunicativa	13
Actante	14
Agência	15
Agenciamento	15
Alienação.....	15
Alteridade.....	16
Aparelhos ideológicos de Estado.....	16
Aporia	16
Arqueologia	16
Arquivo	16
Articulação	17
Aura	17
Autenticidade	17
Autonomia relativa	18
Autor/ia	18
Autoridade	19
Balcanização	21
Binarismo	21
Bricolagem	21
Campos sociais	23
Cânone	23
Caos, teoria do.....	23
Capital cultural.....	24
Capital simbólico.....	25
Capital social.....	25
Capitalismo	25
Carnavalização	25
Cartesianismo	25

Centro/margem	25
Ciborgue	26
Círculo hermenêutico	26
Citacionalidade	26
Classe social.....	26
Classificação	27
Código	27
Condensação	27
Conotação	28
Conscientização	29
Construcionismo social	29
Contacto, zonas de	29
Contradição	29
Controle	30
Corpo	30
Correspondência, princípio da	31
Cruzamento de fronteira	31
Cultura	32
Cultura popular	33
Cultura visual	33
Currículo oculto	33
Dêixis	35
Denotação	36
Descentramento	36
Desconstrução.....	36
Desejo	37
Desigualdade	38
Deslocamento	38
Desterritorialização	38
Determinação	39
Determinismo	39
Dialética	39
Dialética negativa	40
Dialogismo	41
Diáspora	41

Diegese	41
Diferença	42
<i>Différance</i>	42
Disciplina	43
Discurso	43
Dispositivo	43
Disseminação	44
Diversidade	44
Dobra	45
Doxa	45
<i>Écriture féminine</i>	47
Educação bancária	47
Educação libertadora	48
Educação popular	48
Efeito de realidade	48
Efeitos de verdade	48
<i>Empowerment</i>	49
Enquadramento	49
Enunciação	49
Enunciado	50
Episteme	51
Escola de Frankfurt	51
Escopofilia	52
Escotomização	52
Esfera pública	52
Espelho, estádio do	52
Esquizo-análise	53
Essencialismo	53
Estereótipo	54
Estruturalismo	54
Estudos Culturais	55
<i>Ethos</i>	56
Etnia	56
Etnocentrismo	56
Eurocentrismo	57

Exclusão social	57
Falocentrismo	59
Falogocentrismo	59
Fechamento	59
Fetichismo	59
Filosofia da consciência	59
Fonocentrismo	60
Forclusão	60
Fordismo	60
Formação discursiva	61
Formações	61
Fundacionalismo	61
Genealogia	63
Gênero	63
Globalização	63
<i>Habitus</i>	65
Hegemonia	65
Hermenêutica	66
Heteroglossia	66
<i>Hexis</i>	67
Hibridismo	67
Hiper-realidade	67
Humanismo	67
Identidade cultural	69
Ideologia	69
Imaginário	70
Indústria cultural	70
Inscrição	71
Intelectual orgânico	72
Interpelação	72
Intertextualidade	72
Justiça curricular	73
Legitimação	75
Leitura sintomática	75
Limiabilidade	76

Logocentrismo	76
Mascarada	77
Mediação	77
Metafísica da presença	78
Metáfora	78
Metanarrativa	78
Método dialógico	78
Metonímia	78
Microfísica do poder	79
<i>Mise en abyme</i>	79
Mito	79
Modo de endereçamento	80
Multiculturalismo	81
Nova Sociologia da Educação	83
Ocularcentrismo	85
Oposição binária	85
Orientalismo	85
Panoptismo.....	87
Paradigmático, eixo.....	87
Pastiche	88
Patriarcado	88
Pedagogia crítica	88
Pedagogia cultural	89
Pedagogia da possibilidade	89
Pedagogia histórico-crítica	89
Pedagogia libertária	89
Pedagogia <i>queer</i>	89
Pedagogia racional	90
Performatividade	90
Poder	91
Poder/saber	91
Polifonia	91
Política de identidade	92
PoMo	92
Populismo	92

Pós-colonialismo	92
Pós-estruturalismo	92
Posição-de-sujeito	93
Pós-modernismo	93
Práxis	94
Raça	95
Racismo	95
Razão instrumental	95
Real	96
Regime de verdade	96
Regimes escópicos	96
Regulação	96
Reificação	96
Relativismo	97
Representação	97
Reprodução cultural	97
Reprodução social	98
Resistência	98
Rizoma	98
Semiologia	99
Senso comum	99
Sexismo	99
Significação, processo de	99
Significado transcendental	99
Significante flutuante	100
Signo	100
Simbólico	100
Simulacro	100
Sintagmático, eixo	100
Sobredeterminação	100
Subcultura	101
Subjetividade	101
Sujeito	102
Superestrutura	102
Sutura	102

Taylorismo	105
Teoria crítica	105
Teoria educacional crítica	106
Teoria educacional pós-crítica	106
Teoria <i>queer</i>	106
Texto.....	106
Tópica	107
Totalidade	107
Trabalho como princípio educativo	107
Utopia	109
Violência simbólica	111
Virada lingüística	111
Voz	111

Este livro foi composto em
tipologia Ottawa10,5/13,5 e
impresso em papel apergaminhado 75g.,
na Artes Gráficas Formato.

DE FACTO ELA TINHA ESTADO, O QUE TORNOU AINDA MAIS AGRADÁVEL O AMBIENTE.

FOI AÍ QUE O RODRIGO, MARIDO DE MAFALDA, ME SURPREENDEU.

E FOI TAMBÉM AÍ QUE MAFALDA SURPREENDEU ANDRÉ, MEU MARIDO.

COMPREENDEMOS, TODOS, QUE ÉRAMOS QUATRO ALMAS GÊMEAS. ADORÁVAMOS ESPARGOS, GRATINADOS E BAUDRILLARD. DETESTÁVAMOS FOUCAULT, BIFE TARTARO COM ALCAPARRAS.

É ESPANTOSO COMO TODOS OS DISCURSOS DE DENÚNCIA E RECUSA DA ALIENAÇÃO SÃO TÃO FACILMENTE RECUPERADOS!...

NÃO ACHA QUE FOUCAULT APENAS REFORÇA O SIMULADO, A SOBRE-REALIDADE DE UM PODER JÁ MORTO?

O QUE ME IRRITA EM FOUCAULT É QUE ELE NUNCA CHEGA A UMA VERDADEIRA REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA SIMBÓLICA DO PODER E AS SUAS RELAÇÕES COM A MORTE, A SUA PRÓPRIA MORTE.

VAMOS MATERIALIZAR A TROCA SIMBÓLICA?

CLARO. E QUE TODO O COISÃO FAZ PARTE DO PRÓPRIO MITO, ACABANDO POR REVERIR DE CONTINÚO A LITURGIA FORMAL DO OBJETO.

VAMOS!

VAMOS!

VAMOS!

ERA EVIDENTE QUE TODO CONCORDÁVAMOS.

FOI UMA EXPERIÊNCIA MARAVILHOSA, E NUNCA MAIS POSSO ESQUECER AS PALAVRAS DE MAFALDA, NA MANHÃ SEGUINTE.

CONNOSCO CORREU BEM. AGORA VAMOS LÁ A VER COMO SE PORTARAM OS RAPAZES!...

ISBN 85-86583-71-5



9 788586 583711